JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA QUARTA REGIÃO

Presidente
Desembargadora Sílvia Maria Gonçalves Goraieb

Vice- Presidente
Desembargador João Surreaux Chagas

Corregedora- Geral
Desembargadora Maria de Fátima
Freitas Labarrère

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

Juiz Federal Diretor do Foro
Hermes Siedler da Conceição Júnior

Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
Eduardo Tonetto Picarelli

Diretora da Secretaria Administrativa
Sibele Wolff Garcez

PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E REVISÃO
Dirce Helena Pinto Sancandi
Eron Gomes de Oliveira
Gabriela Cardoso Oliveira
Marcelo Machado Carlini
Patrícia Cabral Fagundes Dornelles

COLABORAÇÃO
Núcleo de Acompanhamento
e Desenvolvimento Humano
Núcleo de Apoio Administrativo
Núcleo de Apoio Judiciário
Núcleo de Apoio Operacional
Núcleo de Contadoria
Núcleo de Documentação
Núcleo de Gestão Funcional
Núcleo de Planejamento, Orçamento e Finanças
Núcleo de Tecnologia da Informação
Secretaria Administrativa

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Eron Gomes de Oliveira
Marcelo Machado Carlini

FOTOS
Arquivo da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
DIRETOR DO FORO
Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior

VICE-DIRETOR DO FORO
Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli

DIRETORA DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA
Bel. Sibele Wolff Garcez

ASSESSORA DA DIREÇÃO DO FORO
Bel. Patrícia Cabral Fagundes Dornelles

COORDENADOR DA BIBLIOTECA
Juiz Federal Francisco Donizete Gomes

COORDENADOR DA CENTRAL DE MANDADOS
Juiz Federal José Francisco Andreotti Spizziri

COORDENADOR DOS SERVIÇOS DE ATERMAÇÃO
Juíza Federal Ana Maria Wickert Theisen

COORDENADOR DO COMITÊ DE GESTÃO
PELA QUALIDADE COORDENADOR
DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE ESTUDOS
DO NOVO SISTEMA PROCESSUAL INTEGRADO
PARA A JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO,
NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
Juiz Federal Eduardo Tonetto Picarelli

CONSULTORA DO GRUPO
DE AVALIAÇÃO DOCUMENTAL
Juíza Federal Ingrid Schroder Sliwka

COORDENADOR DO SISTEMA DO PROCESSO
ELETRÔNICO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS
DA 4ª REGIÃO, NA SEÇÃO JUDICIÁRIA
DO RIO GRANDE DO SUL
Juiz Federal Fábio Dutra Lucarelli
(até 15/10/2007)
Juiz Federal Marcelo De Nardi
(até 02/04/2009)
Juiz Federal Paulo Paim da Silva
(a partir de 03/04/2009)

COORDENADOR DA OUVIDORIA
Juiz Federal Altair Antônio Gregório

Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PORTO ALEGRE

Juiz Federal João Batista Brito Osório
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BAGÉ

Juiz Federal Roger de Curtis Candemil
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BENTO GONÇALVES

Juíza Federal Alessandra Günther Favaro
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CACHOEIRA DO SUL

Juiz Federal Guilherme Pinho Machado
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CANOAS

Juiz Federal Nórton Luís Benites
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CARAZINHO

Juiz Federal Roberto Schaan Ferreira
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CAXIAS DO SUL

Juiz Federal Moacir Camargo Baggio
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE CRUZ ALTA

Juiz Federal Luiz Carlos Cervi
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ERECHIM

Juíza Federal Susana Sbrogio'Galia
(até 25/06/2008)
Juiz Federal Luís Humberto Escobar Alves
(a partir de 26/06/2008)
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LAJEADO

Juiz Federal Alexandre Rossato da Silva Ávila
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE NOVO HAMBURGO

Juiz Federal Rafael Castegnaro Trevisan
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PASSO FUNDO

Juiz Federal Cristiano Bauer Sica Diniz
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PELOTAS

Juiz Federal Caio Roberto Souto de Moura
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE RIO GRANDE

Juiz Federal Luiz Clóvis Nunes Braga
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CRUZ DO SUL

Juiz Federal Ézio Teixeira
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA MARIA

Juíza Federal Joane Unfer Calderaro
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA ROSA

Juiz Federal Belmiro Tadeu Nascimento Krieger
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE
SANT'ANA DO LIVRAMENTO

Juíza Federal Cristiane Freier Ceron
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTIAGO

Juiz Federal Adriano Copetti
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTO ÂNGELO

Juiz Federal Guilherme Beltrami
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE URUGUAIANA

SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR DO FORO 10

A JUSTIÇA FEDERAL 13
IMPLANTAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL AVANÇADO DE GRAVATAÍ – JEFA 15
CONVERSÃO DA 7ª VARA CÍVEL EM 4º JUIZADO ESPECIAL PREVIDENCIÁRIO 16
ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIAS 16

CONCILIAÇÕES NA JFRS 17
BR 101 17
CRÉDITO COMERCIAL 19
SEMANA DA CONCILIAÇÃO 19

DIREÇÃO DO FORO E SECRETARIA ADMINISTRATIVA 21
REUNIÕES DE JUÍZES DIRETORES DE FORO 21
CENTRAL DE CONCILIAÇÕES21 .....
REESTRUTURAÇÃO 22
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GRUPO ADMINISTRATIVO 23
OFICINA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS 24
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 24
CURSOS PARA ADVOGADOS 24
OUVIDORIA 25
PORTAS ABERTAS 26
PRIMEIRA INSTÂNCIA ON LINE: O JORNAL MURAL 27
XIV SEMANA DA JUSTIÇA FEDERAL 28
DIA DO DESCARTE E ORGANIZAÇÃO 31
PRÊMIO DESTAQUE INSTITUCIONAL 31
NÚCLEOS 31
NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS 31
NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL 34
NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO 36
NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO 36
NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO 37
NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL 38
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO 42
NÚCLEO DE CONTADORIA 45
NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS 48
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 49
CENTRAL DE MANDADOS 55

RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL 57
JUSTIÇA SOLIDÁRIA 57
FEIRAS DE ARTESANATO 57
DIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL 59
DIA 21 DE JUNHO: DIA DO AMIGO 59
DIA DAS CRIANÇAS A MATEMÁTICA DA ALEGRIA 60
CAMPANHAS DE PÁSCOA 61
CAMPANHAS DE NATAL 61
ESPAÇO DE ARTE E SOLIDARIEDADE 63
JUSTIÇA SOLIDÁRIA & PROJETO ALQUIMIA 63
CAMPANHA DE EMERGÊNCIA AUXÍLIO ÀS VÍTIMAS DO INCÊNDIO 64
ESTÁGIO SOLIDÁRIO 65
GESTÃO AMBIENTAL 66
CAMPANHA “ADOTE UMA CANECA” 66
PROJETO SEPARAÇÃO DE LIXO 67
PROJETO BICICLETÁRIO 69

SUBSEÇÕES 71
BAGÉ 71
BENTO GONÇALVES 72
CACHOEIRA DO SUL 72
CANOAS 73
CARAZINHO 74
CAXIAS DO SUL 75
CRUZ ALTA 76
ERECHIM 77
LAJEADO 78
NOVO HAMBURGO 79
PASSO FUNDO 80
PELOTAS 81
RIO GRANDE 82
SANTA CRUZ DO SUL 83
SANTA MARIA 84
SANTA ROSA 85
SANTANA DO LIVRAMENTO 86
SANTIAGO 87
SANTO ÂNGELO 87
URUGUAIANA 91

CONSIDERAÇÕES FINAIS 93

Juiz Federal Hermes Siedler da Conceição Júnior
Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
Gestão Julho 2007 / Junho 2009

MENSAGEM DO DIRETOR

Ao assumir a administração da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, no dia 03 de julho de 2007, foi necessária uma reavaliação os procedimentos aos quais, como magistrado em exercício da atividade jurisdicional estava acostumado. Em vários momentos, revelou-se imprescindível o formalismo ceder lugar à agilidade. Confirmei nesses dois anos que o cultivo de certas virtudes como a troca de opiniões, o sentimento de equipe, o apoio sempre presente às boas iniciativas, o estímulo de talentos e a motivação dos servidores só tem a engrandecer a Justiça Federal.

E é nesse contexto que o jurisdicionado, verdadeira razão de existir e também consumidor dos serviços da Justiça, hoje, cada vez mais exigente, busca e encontra, aqui, o atendimento adequado e os esclarecimentos necessários, de acordo com a sua demanda. Isso se deve, acima de tudo às pessoas que compõe esta Casa, verdadeira força-motriz dessa Instituição, razão de sua própria existência.

O relatório que segue traz todas as ações realizadas no biênio 2007/2009, em que pretendemos visar, sempre, à efetividade da atuação institucional face à cidadania; ao aprimoramento constante do atendimento interno e externo; à integração administrativa; ao gerenciamento das informações administrativas; à responsabilidade sócio-ambiental e à transparência na comunicação institucional, no que se refere a procedimentos e metas.

Resto convencido de que há – e sempre haverá - muito para fazer, sempre, ante o dinamismo do mundo em que vivemos. Concordo com que John Kennedy disse: "A mudança é a lei da vida. E aqueles que apenas olham para o passado ou para o presente irão, com certeza, perder o futuro."

Desejando ter concorrido para a mudança, olhando o futuro, fica o nosso muito obrigado!

A JUSTIÇA FEDERAL

A Justiça Federal, criada pelo decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, teve sua instituição confirmada pela Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1891, mantida pela Carta de 1934, suprimida com o Estado Novo, em 1937, e novamente restabelecida com a Constituição de 1946, por meio do Tribunal Federal de Recursos (2º Grau). Na época, não havia juízes federais de primeiro grau, sendo a competência federal atribuída às Justiças Estaduais. A Lei n° 5.010, de 30 de maio de 1966 recriou a Justiça Federal e manteve o Tribunal Federal de Recursos como instância recursal até o advento da Constituição de 1988, que o extinguiu e criou os cinco Tribunais Regionais Federais.

Por força da Lei nº 10.259/2001 foram implantados os Juizados Especiais Federais (JEF), pautados nos princípios da simplicidade, celeridade e da informalidade. Para a apreciação dos recursos contra as decisões nele proferidas foram instaladas as Turmas Recursais, formadas por juízes de primeiro grau, com mandatos de dois anos.

Atualmente a Justiça Federal no Estado, está distribuída em vinte e uma Subseções Judiciárias e dois Juizados Especiais Avançados - em Santa Vitória do Palmar e em Gravataí, além de duas Turmas Recursais. Nela, tramitam dois tipos de processos: aqueles em meio físico (SIAPRO) e

os eletrônicos (E-PROC), de uso obrigatório em todos os Juizados Especiais Federais, a exceção da competência criminal.

No período da atual gestão, computando os dados até abril/2009 foram distribuídos aproximadamente 500.000 processos, consoante estatísticas abaixo.

SIAPRO (jul2007/abr2009)	
Processos distribuídos	217.113
Processos sentenciados	157.056
Processos baixados em diligência	16.403
Processos remetidos ao Tribunal	83.848
Remanescentes em tramitação	264.008

E-PROC (jul2007/mar2009)	
Processos distribuídos	301.402
Processos sentenciados	198.491
Processos baixados em diligência	26.426
Processos remetidos à Turma Recursal	68.049
Remanescentes em tramitação	180.970

IMPLANTAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL AVANÇADO DE GRAVATAÍ - JEFA

Demanda que já vinha sendo discutida há algum tempo, a instalação do Juizado Especial Federal Avançado de Gravataí, tornou-se realidade a partir da assinatura do convênio entre a Justiça Federal e a Prefeitura daquela cidade, no qual a municipalidade assumiu os custos da locação do prédio onde o JEFA está instalado e custeia as despesas de água e o pagamento dos estagiários. Inaugurado em setembro de 2008, o JEFA atende causas previdenciárias dos municípios de Gravataí, Cachoeirinha e Glorinha. A Unidade conta com três servidores e quatro estagiários da Universidade Luterana do Brasil, em Gravataí, estando vinculado ao 1º JEF Previdenciário de Porto Alegre.

Balanço do JEFA de Gravataí (set/2008 a abr/2009)	
Processos distribuídos	1.765
Processos redistribuídos ao JEFA*	304
Conclusos para sentença	608
Remetidos com sentença	498
Remanescentes em tramitação	1.857

*em trâmite nos Juizados Previdenciários em Porto Alegre

CONVERSÃO DA 7ª VARA CÍVEL EM 4º JUIZADO ESPECIAL PREVIDENCIÁRIO

Considerando a elevada distribuição mensal dos Juizados Especiais Federais, que superava em cinco vezes a das Varas Federais Cíveis, comportando, por conta disso, em média, 30% (trinta por cento) mais feitos em tramitação, a Presidência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, através da Resolução n.º 38, de 18 de dezembro de 2008, decidiu converter a então 7ª Vara Federal Cível de Porto Alegre, em 4º Juizado Especial Previdenciário. O ato foi concretizado em 03 de fevereiro de 2009.

ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Visando à adequação da especificidade das demandas, foi promovida a alteração de competências das seguintes unidades:

Nome anterior	Nome atual	Resolução	Data
1ª VF e JE Cível e Criminal de Canoas	Vara Federal Cível de Canoas	53	16/10/07
2ª. VF e JEF Previdenciária de Canoas	VF Criminal e JEF Adjunto de Canoas	53	16/10/07
VF do JEF de Caxias do Sul	Vara do JEF Cível e Previdenciário	20	27/03/09
1ª VF de Passo Fundo	1ª VF e JEF Cível Adjunto de Passo Fundo	40	19/12/08
2ª VF de Passo Fundo	2ª VF e JEF Cível Adjunto de Passo Fundo	40	19/12/08
Vara do JEF Cível de Passo Fundo	Vara do JEF Previdenciário de Pfundo	40	19/12/08
1ª VF e JEF Criminal e Previdenciário de Santa Maria	1ª VF e JEF Previdenciário de Santa Maria	46	13/09/07
3ª VF de Santa Maria	3ª VF e JEF Criminal de Santa Maria	46	13/09/07

CONCILIAÇÕES NA JFRS

Buscar a prestação jurisdicional com agilidade, levando a Justiça ao cidadão, de modo a contribuir com o progresso do país, visando à satisfação de todos os envolvidos. Este é, sem dúvida, principal escopo quando tratamos de conciliação.

Atenta ao "Movimento pela Conciliação", promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, que tem como objeto a implementação de práticas de resolução de lides e demandas por meios não adversariais e o estímulo à autocomposição, a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, tem realizado, frequentemente, mutirões especiais de conciliação, nas mais diversas matérias.

BR 101

Cabe destacar a sequência de mutirões das ações remanescentes e novas, relativas à desapropriações, propostas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT da rodovia BR 101, no trecho compreendido entre os municípios de Osório-Torres. O projeto iniciado em 2006, teve no ano de 2007, rodadas nos meses de julho e novembro. A fim de facilitar o deslocamento dos expropriados, o DNIT, em parceria com a Polícia Rodoviária Federal, disponibilizou um ônibus para o transporte das pessoas até o local das audiências, e ofereceu lanche aos presentes.

Em 2008 também ocorreram audiências em Porto Alegre para aqueles desapropriados que não compareceram às etapas anteriores do mutirão. De igual forma, foi disponibilizado transporte para deslocamento até o local das conciliações.

CRÉDITO COMERCIAL

Em março de 2008, foi realizado um mutirão de conciliação nas ações que discutiam créditos comerciais da Caixa Econômica Federal. Os juízes das Varas Cíveis da Capital buscaram o acordo em 588 processos em relação a empréstimos, financiamento, crédito educativo, Construcard e FIES. O montante negociado girou em torno de 400 mil reais.

SEMANA DA CONCILIAÇÃO

Na primeira semana de dezembro, o Conselho da Justiça Federal promove anualmente a Semana da Conciliação. Nos anos de 2007 e 2008, SJRS esteve atenta à proposta, realizando diversas atividades.

Em 2007, no Rio Grande do Sul, foram designadas 438 audiências, sendo realizadas 419. Destas, 327 tiveram acordos homologados, com os valores atingindo a soma de R$ 8.144.775,99.

Na edição de 2008, foram realizadas tentativas de composição nos processos que tramitavam nas Turmas Recursais do RS, em ações da 4ª Vara Federal que tratavam de créditos comerciais com a Caixa Econômica Federal e nas de benefício por incapacidade do 1º Juizado Previdenciário, tanto na capital quanto na unidade de Gravataí.

No interior, os Juizados Especiais Federais (JEF) de Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, e Santa Maria fizeram audiências em matéria previdenciária. A Vara Federal de Lajeado, nos assuntos de poupança e FGTS.

DIREÇÃO DO FORO E SECRETARIA ADMINISTRATIVA

REUNIÕES DE JUÍZES DIRETORES DE FORO

As reuniões de Juízes Diretores de Foro da Seção Judiciária foram realizadas trimestralmente. Neste biênio, apenas tres foram realizadas em Porto Alegre. A medida, além de oportunizar aos Juízes Diretores conhecerem as outras unidades da JFRS, buscou, também, servir de ação que reforça a proposta de valorização do interior.

CENTRAL DE CONCILIAÇÕES

Com a reestruturação administrativa, o Sistema de Conciliação passou a ser denominado Central de Conciliações, o CECON/RS, criado com o intuito de facilitar a realização de audiências de conciliação, fomentando a cultura de pacificação dos conflitos, contando com estrutura e competência próprias. Diante disso, houve a necessidade da formalização da unidade já existente, mediante a formulação e encaminhamento de projeto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, seguindo os mesmos moldes da Central existente na Seção Judiciária de Santa Catarina. Tal fato originou a Resolução n.º 27, de 05 de maio de 2009, da Presidência do TRF4.

A CECON/RS objetiva desonerar as Secretarias dos juízos das tarefas pertinentes à realiz ação das audiências conciliatórias; estimular a participação de conciliadores na composição das rápida,

com a participação dos envolvidos, buscando a efetividade das decisões judiciais.

REESTRUTURAÇÃO

Com a implementação, ao final de 2008, do novo Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário da União (Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006) e a instituição da Gratificação por Atividade Externa (GAE), devida aos servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário/Especialidade Executante de Mandados, as funções comissionadas originalmente exclusivas destes cargos foram liberadas. As Comissões designadas pela Direção do Foro elaboraram estudos técnicos fundamentados para as áreas judiciária e administrativa, possibilitando readequação de funções comissionadas na estrutura organizacional da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul. A sistemática atual, que passou a vigorar em 03 de fevereiro de 2009, buscou reduzir distorções anteriormente existentes e valorizar as áreas estratégicas da Instituição. As principais alterações implementadas na área judiciária foram: a padronização da composição das varas e o fortalecimento dos Gabinetes. Na área administrativa, ocorreu a divisão da área de Recursos Humanos (Núcleo de Gestão Funcional e Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano), o reforço dos Núcleos e das Seções de Apoio Administrativo e Judiciário das Direções de Foro do Interior, inclusive com a transformação

Reunião de Diretores do Foro

de algumas em Núcleos. Foi possível a correção de distorções no Núcleo de Apoio Judiciário e no Núcleo de Tecnologia da Informação, que contavam com número de funções comissionadas proporcionalmente inferior ao das demais unidades administrativas.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GRUPO ADMINISTRATIVO

A Seção de Planejamento e Gestão, ligada à Direção do Foro, iniciou, em outubro de 2007 o trabalho de construção, de forma participativa, da formulação estratégica do Grupo Administrativo. A partir de então, o Planejamento Estratégico do Grupo Administrativo vem sendo construído pelos servidores da área administrativa sob os pressupostos da amplitude de participação e do reconhecimento de que se pode criar um contexto futuro baseado na inteligência coletiva, na construção criativa e programada, evitando atuação reativa e improvisada.

Com o processo, o Grupo Administrativo e cada Núcleo especificamente contarão com seu Planejamento Estratégico, elaborado pelo conjunto dos servidores, até o nível de descrição de atividades nos Planos de Ação, que já têm sua implantação iniciada.

OFICINA DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

A partir da percepção dos Diretores de Núcleo da pertinência de trabalho com o formato de gerenciamento de projetos, foi estruturada atividade de capacitação no formato de curso e oficinas que trataram de apresentar ferramentas e de estruturar o planejamento dos projetos administrativos.

As atividades foram coordenadas pela Seção de Planejamento e Gestão, e se basearam em métodos e ferramentas consolidados pelo Project Management Institute - PMI, instituição mundialmente reconhecida na área de gerenciamento de projetos.

A capacitação deu-se em cinco encontros durante os meses de setembro e outubro de 2008, nos quais os servidores exercitaram o uso das ferramentas de gerenciamento. Como produto das oficinas, formaram-se dois grupos de trabalho encarregados de elaborar um projeto cada.

O primeiro foi designado como Descentralização das Atividades do Núcleo de Informática. Destina-se a otimizar o índice de resolução local das demandas em Tecnologia da Informação, por meio da adequada estruturação dos serviços, compreendendo a adoção de estratégias tais como adoção de critérios de priorização do atendimento, definição das atribuições dos operadores de informática.

O segundo projeto teve como objetivo a sistematização e agrupamento das atividades necessárias à instalação de subseção nova. Designado por Instalação de Subseção, proporcionará, por meio da adequada programação, que seja minimizado o impacto das incertezas de informações e datas normalmente vivenciadas neste tipo de ação, resultando em maior agilidade de resposta e otimização dos recursos humanos e materiais.

À parte da capacitação, está em fase de finalização um terceiro projeto, designado por Gestão e Fiscalização de Contratos, que se destina a estruturar ferramentas para uso dos gestores e fiscais dos contratos administrativos, instrumentalizando-o para o eficiente acompanhamento das contratações públicas e para o atendimento à normatização recente emanada do TRF.

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Os Núcleos administrativos desenvolveram, sob a condução do Núcleo de Tecnologia da Informação, estudos para a elaboração de um processo administrativo eletrônico. Isso a partir da percepção de que é possível obter ganhos significativos em termos de organização de informações gerenciais, otimização de recursos e, consequentemente, de eficiência dos diversos processos administrativos de trabalho.

CURSOS PARA ADVOGADOS

Com o intuito de aproximar a comunidade e, também, esclarecer dúvidas acerca dos programas utilizados pela Justiça Federal, periodicamente são realizados cursos nas Subseções.

Curso para advogados

Em 2007, o Núcleo da Contadoria realizou curso sobre os programas para cálculos judiciais, que estão disponíveis gratuitamente na Internet. O treinamento foi destinado aos advogados e peritos que atuam na Justiça Federal.

Nesse mesmo ano, para comemorar o dia do Advogado, foi promovida uma programação especial, que incluiu um curso sobre o E-PROC e apresentação do novo veículo de comunicação, a Ouvidoria.

Em 2008, foi realizado o “Curso Básico sobre o Sistema do Processo Eletrônico - Digitalização e Conversão de Arquivos, Prazos e Eventos no Sistema”, também voltado aos advogados que atuam na instituição. E, em comemoração ao dia do Advogado, a Subseção de Porto Alegre promoveu uma palestra sobre “Programas de Cálculos Judiciais na página da JF/RS”.

OUVIDORIA

A Ouvidoria foi ferramenta importante para a construção e desenvolvimento da cidadania, e via democrática de acesso à Justiça, aprimorando os serviços prestados, eis que traz ao conhecimento da Administração uma resposta sobre a satisfação

dos usuários. Presta-se, ainda, como um reforço positivo na imagem não só da Justiça Federal, mas, também, do Poder Judiciário como um todo.

São realizados, em média, 300 atendimentos por mês, demonstrando que havia uma demanda reprimida de contato direto entre a comunidade e o Poder Judiciário Federal. As unidades se mostraram receptivas à atuação da Ouvidoria, sendo importante registrar os inúmeros retornos positivos colhidos neste primeiro período de funcionamento. Os usuários, sentindo-se acolhidos e bem atendidos, são generosos no reconhecimento e no agradecimento pelas providências adotadas, muitas vezes singelas, mas que representam, para cada cidadão, a individualização do respeito e da atenção conferidos.

PORTAS ABERTAS

Portas abertas é um projeto que disponibiliza aos acadêmicos palestras e visitas guiadas que proporcionam conhecer um pouco do funcionamento da Justiça Federal gaúcha. Criado em 2004, por iniciativa da 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre, em conjunto com a Direção do Foro, hoje é desenvolvido pela Seção de Comunicação Social e Cerimonial. Atualmente, recebe a cada semestre, alunos do curso de Direito da Unilasalle (de Canoas), do Centro Universitário Metodista – IPA e da Universidade Luterana do Brasil – unidade Gravataí.

PRIMEIRA INSTÂNCIA ON LINE: O JORNAL MURAL

O Primeira Instância on line foi criado para ser um jornal feito para o servidor e pelo servidor. Ele é produzido semanalmente com sugestões e matérias escritas pelos servidores. Tem a idéia de ser um momento de descontração, por isso, a linguagem utilizada é informal e os assuntos tratados são quase sempre amenidades. O jornal tem, ainda, a pretensão de ser uma forma de integração na Seção Judiciária, por isso, traz os aniversariantes da semana. Além disso, prevê a participação de todos, fazendo questionamentos que são respondidos na edição seguinte. O Jornal Mural é uma forma de divulgar os acontecimentos da Justiça Federal com uma linguagem mais leve , tais como informações de cursos a serem realizados, alterações de normas, campanhas de responsabilidade social, entre outras.

XIV SEMANA DA JUSTIÇA FEDERAL

A Semana da Justiça Federal, edição 2008, foi realizada na cidade de Bento Gonçalves, entre os dias 5 a 8 de dezembro, nas dependências do Clube Caça e Pesca Santo Huberto.

O evento, que já conta com a sua 14ª edição, começou por iniciativa de um grupo de magistrados e servidores da Seção Judiciária de Santa Catarina, que formou uma comissão destinada a realizar a Semana da Justiça Federal, evento cultural e esportivo destinado a comemorar o Dia da Justiça – 8 de dezembro. Dito evento, pioneiro na integração e confraternização entre magistrados, servidores, estagiários e familiares, foi realizado no hoje longínquo ano de 1995, em Florianópolis. Provavelmente aqueles idealizadores da Semana da Justiça Federal não imaginavam, àquela época, a relevância do evento que estavam criando e o crescimento do mesmo. Após algum tempo sediada em Santa Catarina, passou a Semana da Justiça Federal a ser realizada em regime de rodízio entre os três Estados da Região Sul, estando atualmente regulamentada formalmente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A comissão organizadora, nomeada pelo Juiz Diretor do Foro, é formada por pessoas que se voluntariam a colaborar, sem nenhuma dispensa das tarefas que normalmente possuem, arcando os juízes e servidores que a organizam com uma árdua cumulação de tarefas durante o período de organização, planejamento e execução da Semana da Justiça Federal.

Importante ressaltar que o evento tem sido custeado, sempre, mediante inscrições pagas pelos participantes e com patrocínios buscados pelas comissões organizadoras, inclusive alguns mediante o fornecimento direto de equipamentos, serviços ou materiais necessários. No caso da XIV Semana da Justiça Federal, logramos contar com o apoio da AJUFERGS – Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul , participando como promotora do evento. A última edição contou com o apoio da Caixa Econômica Federal; Aracruz Celulose; Consórcio Univias; Asserjufe – Associação dos Servidores da Justiça Federal do Rio Grande do Sul e do TRF da 4ª Região, Kagiva Indústria de Bolas Ltda; Dal Ponte & Cia. Ltda.; Vinícola Miolo Ltda.; Vinícola Casa Valduga Ltda.; Água Mineral Sarandi; Piá – Cooperativa Agropecuária Petrópolis Ltda Indústria de Alimentos – Laticínios e Doces de Frutas; Copag da Amazônia S.A.; Revista Sul Sports; Revista Tênis; Revista Trivela; Sport Club Internacional; Grêmio Foot-ball Porto Alegrense; Nutrella Alimentos S.A. e Federação Unimed. As logomarcas e nomes dos patrocinadores e apoiadores foram divulgadas durante todo o evento, sendo, ainda, apostos (logomarcas e nomes, acho que leva para masculino plural)nas camisetas distribuídas aos participantes e nas faixas, banners e totens de sinalização.

Durante os dias do evento, foram disputadas as seguintes modalidades esportivas: Futebol Suíço, Futsal Feminino, Voleibol misto, Tênis, Vôlei de

praia, Corrida de Orientação, Xadrez, Canastra, Truco e Natação.

O encerramento do evento ocorreu com coquetel, premiação e shows musicais na Vinícola Cave de Pedra. Compareceram ao evento aproximadamente 600 pessoas, sendo 450 inscritos como participantes e o restante acompanhantes, amigos e parentes dos mesmos.

A divulgação ocorreu em 4 boletins informativos encaminhados por meio eletrônico a cerca de 6 mil servidores, magistrados e estagiários da Justiça Federal nos 3 Estados da Região Sul, bem como no site do evento.

DIA DO DESCARTE E ORGANIZAÇÃO

A Seção de Planejamento e Gestão, nesta ação, teve o papel de divulgar e orientar os servidores quanto aos procedimentos e os cuidados necessários durante o processo de descarte, que no caso envolvia tanto materiais de escritório, documentos físicos quanto documentos e arquivos digitais. Durante a etapa de orientação foi essencial o auxílio prestado pelos seguintes Núcleos: Núcleo de Documentação, em questões relacionadas à temporalidade e sigilo de documentos; pelo Núcleo de Tecnologia de Informação, no que diz respeito aos documentos digitais; Núcleo de Apoio Administrativo, em relação aos materiais de escritórios que poderiam ser reutilizados.

Como resultado desta mobilização, foram descartadas na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul aproximadamente 4,5 toneladas de papel, 14 caixas-arquivo de documentos, 577 itens de materiais de consumo, 220 Gb de espaço de memória da rede e 145 CDs.

Reunião com FADERS

PRÊMIO DESTAQUE INSTITUCIONAL

O Prêmio Destaque Institucional é promovido pela Seção de Planejamento e Gestão, a cada dois anos, conforme a Resolução n.º 17 de 07 de maio de 2001. Tal atividade busca reconhecer as melhores práticas de gestão em projetos desenvolvidos pelas unidades da Justiça Federal.

NÚCLEOS

NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS

O Núcleo de Recursos Humanos, a partir de fevereiro de 2009, foi desmembrado em Núcleo de Gestão Funcional (NGF) e Núcleo de Acompanhamento e Desenvolvimento Humano (NADH).

Merecem registro as seguintes ações durante o período de junho de 2007 a janeiro de 2009:

Inclusão, em 2007, dos inativos e, em 2008, dos magistrados no Programa de Valorização dos Servidores, proporcionando o encontro de diferentes gerações de pessoas que escolheram a Justiça Federal para desenvolver as suas carreiras, assim como a valorização de forma equânime de todos os envolvidos no cumprimento da missão Institucional e na construção da história da Instituição.

Valorização - 2008

Realização, em 2007, de convênio de cooperação com a FADERS (Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiências e Altas Habilidades no Estado do Rio Grande do Sul), para desenvolvimento do Programa de Inclusão de Pessoas Portadoras de Deficiências.

Realização, em 2008, de três eventos de Outdoor Trainning exclusivos para os Executantes de Mandados.

Ampliação, em 2008, do Programa Competências Coletivas ao grupo de servidores ocupantes de funções comissionadas de nível 5, com foco na sensibilização para a importância do efetivo exercício destas lideranças no desenvolvimento da Instituição e no cumprimento de sua missão. Cabe destacar que este programa existe na JFRS desde 2003. O modelo desenvolvido no RS serviu como referência para elaboração do Programa Nacional de Capacitação, do Conselho da Justiça Federal, na área de gestão de pessoas.

Ampliação do Programa de Atividade Laboral Compensatória na Capital e expansão das atividades às Subseções Judiciárias do Interior, incluindo sessões de Shiatsu, Espaldar Laboral, Automassagem Laboral, Caminhada Orientada e Oficina de Práticas Corporais.

Institucionalização da Escola Postural no Trabalho como programa de reeducação postural com ênfase para a posição sentada, nas Subseções de Porto Alegre, Santo Ângelo e Caxias do Sul.

Retomada, em 2008, das Campanhas de Prevenção Cardiovascular, em Novo Hamburgo, Lajeado, Santa Cruz, Pelotas e Passo Fundo.

Início, em 2008, de campanhas de Saúde Mental e Ergonomia envolvendo Subseções do Interior - Canoas, Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Novo Hamburgo.

Início, em 2008, do Programa de Desfibrilação Pública, com a aquisição de desfibriladores e descrição do plano de distribuição.

Realização, em 2008, da palestra “Envelhecer bem: o envelhecimento saudável e o equilíbrio em suas dimensões física, intelectual, social, emocional e espiritual”, com o Prof. Dr. Yukio Moriguchi, Médico e Gerontólogo do Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC/RS.

Expansão, em 2008, do Programa de Assessoria e Acompanhamento de Magistrados, Diretores e Equipes, com foco no combate ao estresse nas equipes de trabalho, com realização de oficinas em unidades administrativas e judiciárias, na Capital e no Interior (Caxias do Sul).

NÚCLEO DE GESTÃO FUNCIONAL

O Núcleo de Gestão Funcional - NGF - é a unidade da Secretaria Administrativa que executa e controla as atividades relativas ao cadastro e registro da vida funcional dos servidores, estagiários e trabalhadores voluntários, além de elaborar a folha de pagamento de magistrados, servidores ativos e inativos, e estagiários.

Após a divisão do Núcleo de Recursos Humanos em 03 de fevereiro de 2009, permaneceram vinculadas ao NGF as seguintes Seções:

1. Seção de Lotação e Avaliação de Desempenho (transformada em Seção de Cadastro e Vínculo Funcional)
2. Seção de Benefícios;
3. Seção de Pessoal;
4. Seção de Pagamento de Pessoal e
5. Seção de Legislação de Pessoal.

O crescimento da demanda, inversamente proporcional ao aumento do quadro funcional, impõe a necessidade de servidores cada vez mais capacitados, com vista a buscar a racionalização dos procedimentos de trabalho, com a consequente redução de tempo e recursos despendidos. As últimas novas vagas c riadas e disponibilizadas para a SJRS, foram no final de 2006, quando, com as mesmas, foi possível a instalação da Subseção Judiciária de Santiago.

É preocupação constante da unidade o aperfeiçoamento dos sistemas já existentes, transferindo para os sistemas informatizados a automatização de tarefas repetitivas, buscando

diminuir as causas que dão origem a doenças ocupacionais, como Ler/Dort, e também focando as atividades dos servidores mais em atividades de análise de dados e informações, do que anotações e efetivação de registros.

DESTAQUES

Posto de atendimento UNIMED

Desde 20 de outubro de 2008, a JFRS, preocupada com a saúde e o bem-estar dos quase 5 mil beneficiários do seu Programa de Assistência à Saúde, conta com um Posto de Autorizações de exames e procedimentos médicos da UNIMED Federação, exclusivo aos beneficiários do Programa. Para facilitar as autorizações daqueles procedimentos, há o atendimento diário, por servidor da UNIMED, das 12h às 14horas.

Estudo sobre a força de trabalho dos Oficiais de Justiça

Em abril de 2009 iniciou-se um estudo visando a avaliar a adequação do quadro de Oficiais de Justiça da SJRS, frente à demanda de trabalho. A atividade levará em conta aspectos quantitativos (estatísticas de processos e de força de trabalho)

quanto qualitativos (peculiaridades relativas à execução dos trabalhos pelos oficiais de justiça).

IR por meio eletrônico

Diferentemente do sistema adotado nos exercícios anteriores, a partir do exercício 2009, a entrega de cópia das declarações de imposto de renda por parte em que dos servidores que detinham funções comissionadas, passou a ser eletrônica, através de importação do arquivo gerado pelo Software da Secretaria da Receita Federal para o sistema de Recursos Humanos. Este novo procedimento reduziu drasticamente o tempo demandado de servidores da área de Recursos Humanos, no processamento destas declarações, além do impacto ambiental, pela redução do consumo de papel e tintas de impressoras. Na sistemática anterior, os servidores entregavam as respectivas cópias em papel.

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

O NADH, composto das Seções de Desenvolvimento, Psicologia, Serviço Social e Médica e Odontológica, continua e consolida as atividades planejadas e iniciadas pelo antigo Núcleo, já referidas acima. Cumpre destacar, neste ano de 2009, a iniciativa de realização de um curso inédito de LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais, com o intuito de qualificar os servidores a um melhor atendimento ao usuário, portador de necessidades especiais. O início dos cursos está programado para o segundo semestre.

NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO

O Núcleo de Apoio Administrativo tem entre suas atribuições a aquisição de todos os itens necessários ao funcionamento e estruturação física da Seccional, como mobiliário, veículos, materiais de limpeza e equipamentos de informática, entre outros. Realiza, também, a contratação de serviços e locações de imóveis, o monitoramento patrimonial, guarda e distribuição de materiais de consumo, executando, ainda, os procedimentos necessários à realização de sessões de licitação e o controle documental dos contratos e convênios vigentes. Atua através da Seção de Almoxarifado, Seção de Patrimônio, Seção de Compras, Seção de Processamento de Licitações e Seção de Contratos.

Durante o biênio, foram firmados convênios com instituições de ensino, bancárias, e organismos municipais, estaduais e representativos de classe, para finalidades diversas, de estágio curricular à instalação de Varas Federais.

Sob a responsabilidade do NAA, hoje existem 94 contratos administrativos que abrangem desde a prestação de serviços e manutenção, fornecimento de materiais, até locação de imóveis e boxes de estacionamento. Estão em vigor 64 atas de registro de preços para o fornecimento de mobiliário, material de higiene, limpeza, consumo e expediente.

NÚCLEO DE APOIO JUDICIÁRIO

O Núcleo de Apoio Judiciário é formado pela Seção de Distribuição, Central de Atendimento ao Público – CAP, Atermação, Apoio ao Processo Eletrônico e, o serviço de Assistência Judiciária Voluntária. Ademais das outras atribuições, o NAJ tem realizado um contínuo trabalho de atualização do banco de dados do Sistema Acompanhamento Processual – SIAPRO, efetuando correções nos respectivos cadastros.

Protocolo expresso

Desde outubro de 2008, o protocolo expresso da Justiça Federal de Porto Alegre conta com uma modificação no seu funcionamento. Resultante de acolhimento de sugestão de advogados militantes desta Subseção, em face das dificuldades de locais de estacionamento no entorno, a Portaria nº 64/08, alterou a sistemática do Protocolo Expresso, do tipo drive-thru, na Justiça Federal de Porto Alegre. A área localizada no estacionamento

do prédio-sede na capital hoje recebe, além de petições de processos em tramitação em Porto Alegre e das subseções do interior, autos - com ou sem petição, de processos que tramitam na capital. As petições são cadastradas no SUP – Sistema Único de Protocolo e depois serão remetidas para as Varas Federais até o final do expediente do dia seguinte em que foram protocoladas. A partir de 13/05/2009, o Tribunal Regional Federal da 4ª. Região passou a utilizar esta facilidade, também com relação aos seus processos.

Central de Atendimento ao Público - CAP

Para a Central de Atendimento ao Público – CAP, foi possível adequação com a destinação de número maior de funções comissionadas para a Seção, o que resultou em simetria com o número de funções das demais unidades administrativas. No tocante aos recursos materiais, foram adquiridas 14 impressoras "Zebra" que fazem o protocolo de recebimento das petições por meio de etiquetas. Este equipamento emite etiqueta auto-adesiva que é anexada à petição entregue no balcão e em suas respectivas cópias devolvidas aos advogados. Com a aquisição destas impressoras verificou-se que, além de facilitar o trabalho dos servidores, houve uma economia substancial de folhas papel A4, considerando o volume de 1.400 petições e 400 processos (autos físicos) recebidos diariamente.

Assistência Judiciária Voluntária

No ano de 2008, houve um aumento de 50% no número de advogados proporcionando ao público usuário um maior número de atendimentos. São conveniadas a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e o Centro Universitário Metodista IPA, para atendimentos no prédio-sede.

NÚCLEO DE APOIO OPERACIONAL

O Núcleo de Apoio Operacional, no decorrer do biênio 2007/2009, além de dar continuidade aos procedimentos e serviços contratados, principalmente na área de manutenção predial, tanto no prédio-sede da SJRS como nas demais Subseções, implementou novos projetos, os quais agregaram ou irão agregar benefícios diretos aos usuários dos prédios da Justiça Federal/RS. Subdividido em Seção de Transportes, Seção de Segurança, Seção de Telefonia, Seção de Serviços Gerais, Seção de Expedição e Protocolo e Seção de Conservação e Recuperação, o NAOP destaca entre os demais projetos, os que seguem.

No prédio-sede da SJRS

a) estrutura metálica (porta-paletts) para o arquivo da Seção Judiciária, o qual atenuou o problema de armazenamento;

b) substituição do forro da escadaria de acesso, com novo sistema de fixação, melhorando a estética, a segurança e a iluminação;

c) remodelação do hall de acesso, melhorando as condições de segurança, circulação e acesso ao prédio, com a instalação de portas de acionamento automático;

d) modernização dos quadros de comando dos elevadores, permitindo uma redução de 67% no consumo de energia elétrica destes equipamentos, além de proporcionar maior segurança aos usuários;

e) frisagem antiderrapante nas escadas internas, proporcionando maior segurança aos usuários;

f) contratação de projeto para atualização tecnológica do sistema de ar condicionado, o qual irá proporcionar redução no consumo de energia e um atendimento diferenciado;

g) implementação, no decorrer do ano de 2009, da instalação de gerador para atender aos elevadores e bombas do sistema de combate a incêndio. O gerador permitirá deslocamentos, principalmente de portadores de necessidades especiais, durante eventual falta de energia.

Mobiliário ergonômico

Em relação à substituição do mobiliário existente por móveis ergonômicos, foram adquiridos para atender a oito unidades em Porto Alegre, incluindo a substituição do piso e melhoria no sistema de iluminação. Também foram comprados móveis para atender as novas instalações da Subseção de Novo Hamburgo, bem como elaborados os projetos para a nova sede da Subseção de Rio Grande.

Renovação da frota oficial

Com relação ao programa de renovação da frota oficial, foram comprados novos veículos para atender à Capital e às Subseções do interior do RS. Foi também efetuada a contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de combustíveis e lavagem dos veículos oficiais , com pagamento mediante a utilização do cartão magnético.

Telefonia

Nesse setor, destacamos a implantação do tarifador, sistema que permite a cobrança individualizada, por ramal, nas Subseções Judiciárias, facilitando a identificação das ligações de caráter particular pelos usuários, bem como a implementação do VOIP (Voz sobre Protocolo da Internet). Esse último sistema permitiu que as ligações fossem realizadas via ramal telefônico, utilizando-se a rede de dados, sem custo por ligação. Igualmente merece destaque a interligação da central telefônica da JFRS com a central instalada no prédio do TRF/4, facilitando a comunicação entre o Tribunal e as Subseções Judiciárias/RS, também pelo uso de ramais. As Subseções do interior também podem falar entre si, pelo mesmo sistema VOIP.

Subseções do interior

a) Elaboração de projetos e fiscalização das obras de adaptações para as instalações do JEFA (Juizado Especial Federal Avançado) de Gravataí;

b) implementação, no decorrer do ano de 2009, de melhoria nas condições de acessibilidade (adequação de sanitários);

c) implementação, no decorrer do ano de 2009, da execução do projeto para a instalação de Circuito Fechado de TV e controle de acesso, visando a proporcionar maior segurança aos magistrados, servidores e usuários da Justiça Federal;

d) implementação, no decorrer do ano de 2009, de melhorias nas Subseções Judiciárias de Santa Maria e de Passo Fundo, a fim de permitir um melhor ambiente de trabalho;

e) contratação de empresa para manutenção dos aparelhos de ar condicionado, proporcionando um serviço ágil e otimizando o trabalho dos Supervisores e Diretores de Apoio Judiciário e Administrativo;

f) realização de estudos a fim de definir novos prédios para locação nas Subseções Judiciárias de Bagé e Santiago.

Grupo Especial de Segurança

O Grupo Especial de Segurança, constituído desde 2000, conta, hoje, com seus integrantes, atuando nas subseções de Bagé, Cachoeira do Sul, Carazinho, Cruz Alta, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul e Santa Rosa.

Os agentes do GES passaram por diversos treinamentos nas áreas de segurança, defesa pessoal, direção (defensiva e evasiva), anti-sequestro, segurança de autoridades, tiro de todos níveis, localização de artefatos explosivos, primeiros socorros, combate a incêndio, entre outras necessárias ao exercício dessa função. No período da atual gestão foram integrados 02 novos agentes e houve a implantação e aquisição de uniforme para o grupo.

Merecem destaque as seguintes atividades:

No ano de 2007, participação em 85 audiências, com 111 réus presos; em 2008, 89 audiências, com 166 réus presos e em 2009, 51 audiências com 67 réus presos.

Participação em audiências de processos com grande repercussão na mídia, tais como audiências públicas e de conciliação nas desapropriações da BR 101, Operação Rodin e Vanguarda, inclusive com deslocamento de agentes de uma unidade para outra;

Segurança pessoal do Diretor do Foro nas visitas às Subseções do interior, bem como de Ministros do Tribunais Superiores, em visita à Capital.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO

O NDOC é, atualmente, composto das Seções de Apoio, de Arquivo, de Biblioteca, e de Memória Institucional. A Seção de Apoio atua na consecução das tarefas administrativas do Núcleo, bem como no eventual auxílio às demais Seções e à Direção do Núcleo. Com relação às demais seções, destacam-se as seguintes atividades no curso da gestão que se encerra.

Seção de Arquivo

Mudança da maior parte do acervo judicial e da totalidade do acervo administrativo do prédio-sede para o prédio locado na Av. Severo Dullius, com a adoção de nova sistemática de funcionamento do Arquivo e de atendimento ao público, limitando-se o fornecimento ou disponibilização imediatos àqueles processos judiciais com arquivamento recente, estes ainda no prédio-sede Os processos administrativos e os demais processos judiciais têm prazo de 48 horas para o fornecimento, o que é feito, normalmente, de um dia para outro, em face do deslocamento diário. No caso de haver urgência, a busca dos autos pode ser feita no mesmo dia.

Mudança do atendimento do arquivo, juntamente com o acervo que permaneceu no prédio-sede, da ala leste para a ala norte do terceiro andar, com substituição do mobiliário e desenvolvimento de leiaute para melhoria das condições de trabalho e atendimento aos usuários da unidade.

Instalação de estruturas metálicas autoportantes, no prédio da Av. Severo Dullius, a fim de garantir uma guarda melhor qualificada para o acervo, além de atender à demanda da Seção Judiciária por, pelo menos, 05 anos. Nesse processo, foram deslocadas do prédio anteriormente utilizado (na Rua Miguel Couto) 20.300 caixas de processos, 3.500 pacotes de agravos e 760 estantes metálicas, por empresa contratada, sob a supervisão dos servidores da unidade de Arquivo. Além disso, foram deslocadas do prédio-sede para o novo endereço, 23.000 caixas de processos e 470 estantes metálicas.

Durante esse período, foram arquivados cerca de 140.000 processos judiciais, em cerca de 9.500 caixas, além de aproximadamente 15.000 autos de agravos de instrumento em 1.400 pacotes, somados a 400 caixas de documentos administrativos.

Seção de Biblioteca

O acervo da Seção de Biblioteca e das 20 bibliotecas das Subseções do Interior é composto, atualmente, de:

Tipo de Material	Qtd. de títulos	Exemplares	Obs.
Livros	8.266	33.064 (unidades no total)	12.348 (só Interior)
Periódicos	523	9.644 (fascículos cadast.)	3.852 (só Interior)
Artigos de periódicos indexados	6.746	-	-
Folhetos	157	215 (unidades)	-
Materiais especiais (DVD)	22	215 (unidades)	-

No período da gestão atual, compreendidos os anos de 2007 e 2008, foram feitos os seguintes investimentos em recursos informacionais:

Item	Valor em R$
Livros	345.615,45
Periódicos	129.507,10
Obras e legislação on-line	93.795,53
TOTAL	568.918,08

Seção de Memória Institucional

Mudança para a ala norte do terceiro andar do prédio-sede, em área com leiaute desenvolvido para as necessidades da Seção.

Interiorização da gestão documental com a criação de Comissões Permanentes de Avaliação e Gestão Documental nas Subseções do Estado.

Treinamento e cursos sobre procedimentos a serem utilizados na eliminação dos autos judiciais findos.

Participação das Subseções nos Editais de Eliminação de Autos Judiciais Findos e Documentos Administrativos, ampliando a participação e a efetividade da gestão documental na SJRS.

Suporte às Subseções do Estado via ferramenta de comunicação on-line.

Eliminação de 8.852 documentos resultantes da publicação de 3 (três) Editais de Eliminação de Autos Judiciais Findos e Documentos Administrativos durante o período de gestão.

Doação do papel resultante da eliminação de processos e documentos administrativos à Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro, conveniada com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

A experiência da SJRS nas atividades de gestão documental capacitou os servidores da Seção de Memória Institucional a participar nas discussões realizadas em âmbito nacional pelo Comitê de Gestão Documental da Justiça Federal, visando à revisão e à consolidação das normas referentes ao assunto. Essa Seção participou ativamente nos estudos que resultaram na publicação da Resolução nº 23/2008-CJF, destacando-se entre eles a revisão do Anexo I que trata da Tabela de Temporalidade das Ações Judiciais Transitadas em Julgado, bem como a criação do Anexo IV - Lista de Verificação de Pendências Processuais Impeditivas da Baixa Definitiva de Processos.

Participação em grupos de trabalho na área de gestão documental junto ao TRF4.

Manutenção e ampliação na atividade de avaliação documental em Porto Alegre.

Arquivo Severo Dullius

Desenvolvimento e inclusão de informações em base de dados do software WinIsis para indexação e pesquisa dos processos selecionados para o acervo permanente.

Tratamento arquivístico continuado do acervo permanente, com preservação e restauração da documentação.

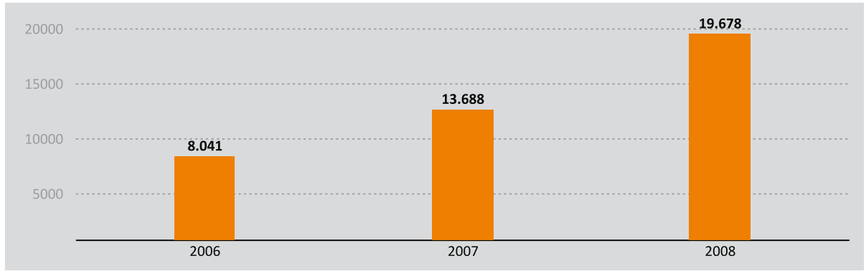
Tratamento arquivístico do acervo fotográfico digital da JFRS, com cadastramento em base de dados (GeDoc).

NÚCLEO DE CONTADORIA

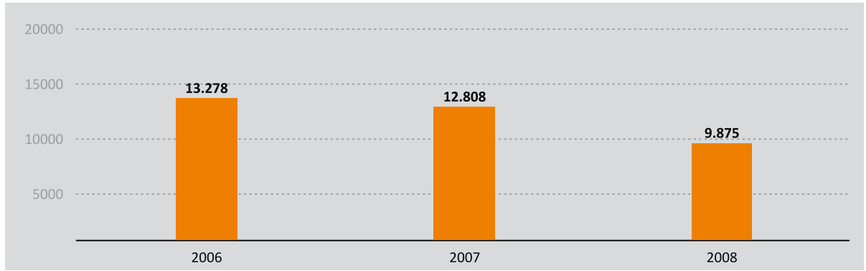
O Núcleo de Contadoria busca a promoção da prestação jurisdicional através dos cálculos de liquidação, emissão de pareceres e informações, auxílio aos Magistrados e às partes na compreensão das dúvidas surgidas em relação aos cálculos, treinamento e suporte às Contadorias das Subseções do interior do Estado.

Dados estatísticos do Núcleo:

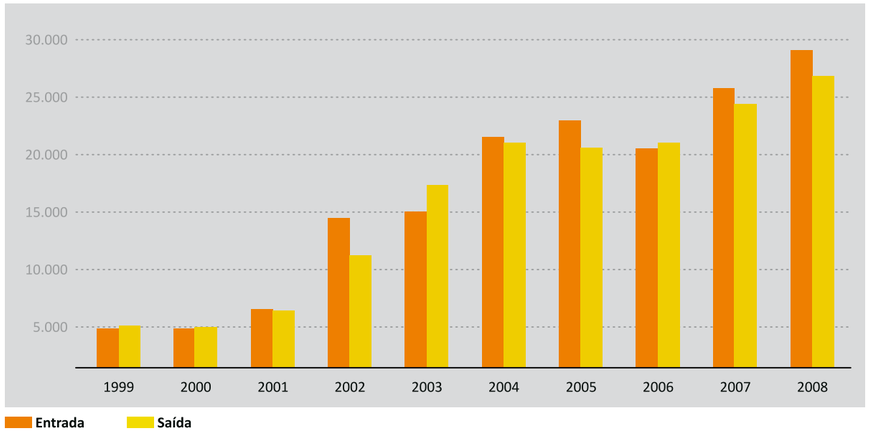
Processos eletrônicos remetidos para a Contadoria de Porto Alegre no período de 2006 a 2008



Processos físicos remetidos para a Contadoria de Porto Alegre no período de 2006 a 2008



Comparativo entre a entrada e saída de processos da Contadoria de Porto Alegre entre 1999 e 2008



PROGRAMAS PARA AS CONTADORIAS DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RS

SISCONTA

O Núcleo de Contadoria responde pelo desenvolvimento e manutenção do programa para cálculos judiciais Sisconta, utilizado por todas as Contadorias da Seção Judiciária e, também, pela Contadoria do TRF da 4.ª Região e estando, também, disponível para utilização pelas Varas Federais. Novas versões são disponibilizadas periodicamente na página da Intranet, bem como, mensalmente, o arquivo com os índices econômicos utilizados pelo programa no cômputo da correção monetária.

Sistema Nacional de Cálculos Judiciais (SNCJ)

O programa, desenvolvido pelo TRF da 1.ª Região, com apoio do Conselho da Justiça Federal, está sendo objeto de adequação às particularidades da Seção Judiciária do RS, em um trabalho conjunto com a Subseção de Santo Ângelo. Durante o biênio, houve implantação de todas as cadeias de correção monetária utilizadas nesta Seção Judiciária. A Contadoria de Santo Ângelo iniciou a elaboração de cálculos com o programa SNCJ, em paralelo com o nosso programa oficial Sisconta.

PROGRAMAS DISPONIBILIZADOS NA INTERNET

PROJEF

Programa disponibilizado em junho de 2004 para que os usuários externos tenham a opção de apresentar um cálculo no ajuizamento e/ou na fase da execução da sentença, visando à agilização do andamento do processo.

Durante o ano de 2007, foi aperfeiçoado o programa, incluindo os cálculos "FGTS-Juros Progressivos" e "Diferenças de Poupança oriundas de planos econômicos".

Em 2007, foram realizados cerca de 47.000 (quarenta e sete mil) downloads do programa em tela, contra os 20.000 realizados em 2006. Em 2008, o número superou os 60.000 downloads.

JUSPREV I

Esse programa foi disponibilizado em setembro/2004 e realiza o cálculo previdenciário do IRSM. Através de endereço eletrônico exclusivo para resolver dúvidas dos usuários, constatou-se que o programa vem sendo utilizado em um grande número de cidades do interior do Rio Grande do Sul, além de diversos Estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Santa Catarina, Goiás, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí, Rondônia e Ceará.

POUPNET

Em maio de 2007, foi desenvolvido pela Contadoria e disponibilizado na página da JFRS na Internet o programa on-line POUPNET, para o cálculo das ações de diferenças de rendimentos de poupança oriundas de vários planos econômicos (ex.: Bresser, Verão, Collor). Desde maio/2007, a página do programa POUPNET teve cerca de 493.000 cálculos gerados com sucesso.

JUSPREV II

Disponível via internet desde novembro de 2007, o programa on-line JUSPREV II realiza o cálculo concessivo de benefícios previdenciários no valor do salário mínimo. Em apenas 45 dias no ano de 2007, o programa foi acessado cerca de 10.000 vezes. Durante o ano de 2008, a página deste programa foi visitada 275.000 vezes, tendo sido realizados com sucesso 21.000 cálculos (em 14 meses). Esse programa possibilitou que algumas Varas Federais de Porto Alegre realizassem o referido cálculo, não sendo necessário o envio do processo para a Contadoria.

JUSPREV III

Em 2008, foi a vez do JUSPREV III, específico para cálculos previdenciários de concessão e revisão de benefícios. Programa com ótima aceitação pelo público externo, revelou-se bastante útil nas demandas contra o Instituto Nacional do Seguro Social.

RMI-PREV

Este programa também foi disponibilizado em 2008 e é específico para calcular a RMI (Renda Mensal Inicial) de benefícios previdenciários, de acordo com a legislação vigente a partir de novembro de 1999.

MULTA E CUSTAS DE AÇÕES PENAIS

Em 2008, disponibilizamos na Internet um programa para cálculo de multa e custas em ações penais, mais voltado ao público interno, mas que também pode ser utilizado pelas partes e advogados para conferirem os cálculos elaborados pela Justiça Federal nos processos criminais. Das três Varas Criminais existentes na Subseção Judiciária de Porto Alegre, duas estão realizando o cálculo em tela, não enviando mais processos para esta Contadoria, que utiliza esse tempo para a realização de outros tipos de cálculos em processos mais complexos.

PROJEF WEB

Num trabalho conjunto com o Núcleo de Tecnologia da Informação, o PROJEF WEB está em fase final de desenvolvimento. O programa permitirá realizar a conta de liquidação do processo com base em vários critérios de correção monetária e juros, inclusive os previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal. Esse programa será on-line e está sendo desenvolvido em linguagem Java de última geração, o que o torna compatível com todos os tipos de computadores e sistemas operacionais (Windows, Linux, etc.).

Outros destaques do Núcleo:

Curso Básico de Cálculos para Juizados Especiais Federais das Subseções do Interior do Estado

Em virtude da criação do Setor de Cálculos nas Varas dos Juizados Especiais Federais pela Resolução Nº 06/2009 do TRF da 4ª Região, o Núcleo de Contadoria ministrou de 17 a 20/03/2009 um curso básico para os servidores que assumiram a respectiva função. O curso foi realizado em Porto Alegre, teve a duração de quatro dias e a participação de 15 servidores.

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

A execução orçamentária da gestão compreendida entre julho de 2007 a junho de 2009 alcançará mais de R$ 698.000.000,00 (seiscentos e noventa e oito milhões de reais). Desse valor, 83,16% corresponde a Despesas com Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas; 15,79% a Despesas Correntes (despesas para a manutenção da estrutura e do funcionamento da Seção Judiciária, tais como água, luz, vigilância, limpeza, telefonia, locações, cursos, diárias, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, materiais de consumo, contratos, etc.) e 1,05% a Investimentos (equipamentos de informática, obras, reformas, veículos, livros, etc.). Embora seja o menor percentual, os investimentos somaram mais de R$ 7.300.000,00 (sete milhões e trezentos mil reais).

No programa de trabalho de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes o total a ser executado chegará a aproximadamente R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), a maior execução orçamentária da 4ª Região, com um total de aproximadamente 90.000 pessoas atendidas.

No que diz respeito à Capacitação de Recursos Humanos o valor executado chegará a aproximadamente R$ 2.935.000,00 (dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil reais).

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Publicação da lista de projetos do NI

Em março, o Núcleo de Tecnologia da Informação colocou à disposição dos os usuários as demandas que estão sendo atendidas ou que aguardam a alocação de recursos para desenvolvimento.

Esta iniciativa aumenta a transparência no atendimento dos pedidos, ao mesmo tempo que organiza o fluxo de trabalho dos técnicos e recursos do Núcleo.

Esta ferramenta é o resultado da sistemática de trabalho adotada pelo Núcleo em conjunto com a Direção do Foro, e a publicação torna possível que sejam visualizadas a situação e a priorização de cada demanda.

O programa pode ser acessado no menu INFORMÁTICA, opção PROJETOS DO NÚCLEO, ou diretamente no endereço eletrônico https://intranet.jfrs.gov.br/GPROD-WEB/

A convenção utilizada para exibir a prioridade do projeto é numérica e cromática. O primeiro algarismo atribui a prioridade segundo os interesses da Seção Judiciária, o segundo serve como critério de desempate e reflete o impacto do projeto para o Núcleo. Já as cores funcionam como auxiliares na leitura da hierarquia.

1 IMPRESCINDÍVEL (vermelho): perda de dados, parada de sistema, obrigação legal e/ou performance crítica;

2 MUITO IMPORTANTE (laranja): grande impacto positivo/negativo às atividades, grande potencial de difusão/multiplicação, grande economia de recursos econômicos e ambientais;

3 IMPORTANTE (amarelo) : médio impacto positivo/negativo às atividades, médio potencial de difusão/multiplicação, média economia de recursos econômicos e Ambientais;

4 DESEJÁVEL (verde): Melhorias desejáveis em serviços que já funcionam;

5 DISPENSÁVEL(azul) : Projetos sem interesse político ou técnico à Seção Judiciária.

Consulta às bases de dados da Receita Federal e Ordem dos Advogados do Brasil

O Núcleo de Tecnologia da Informação disponibilizou, inicialmente para Diretores de Secretaria e Juízes Federais, a consulta à base de dados da Receita Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil, desenvolvida a partir do convênio firmado entre o Conselho da Justiça Federal e esses Órgãos.

Neste novo serviço é possível realizar buscas pelo número do CPF, CNPJ ou ainda pelo nome da pessoa física, além disso, no módulo destinado à pesquisa na base de dados da OAB, basta informar o número da inscrição ou o CPF do advogado.

A atualização dessas informações depende da periodicidade com que as pessoas físicas, jurídicas ou advogados renovam seus dados junto a esses órgãos.

Esse programa utiliza autorização fornecida pelo Siapro (JF82100P - Consulta CPF/CNPJ/OAB). Para autorizar outros servidores é preciso já estar autorizado e usar o módulo “Incluir Autorizações” do Siapro, ou ainda a partir de solicitação de autorização à Direção da Seção Judiciária. Para utilizar este serviço, basta clicar na guia SERVIÇOS > CONSULTA CPF, na Intranet.

Atualização de computadores com ampliação de memória e placas de vídeo

Tendo como objetivo institucional maior efetividade na utilização de equipamentos de TI, no âmbito de toda a Seção Judiciária do Rio Grande do Sul e consoante com a gestão ambiental, foram adquiridos 2093 pentes de memória para os microcomputadores já existentes, assim, com menor custo de a aquisição, aumentou o desempenho das máquinas.

Os pentes de memória adquiridos contemplaram grande parte dos equipamentos em uso nesta Seção Judiciária, dobrando a memória de hardware e resultando em melhor aproveitamento da planta tecnológica de TI hoje disponível.

Por sua vez, a aquisição de 400 (quatrocentas) placas de vídeo, padrão PCI, possibilitou a utilização simultânea de duas delas LCD em varas que trabalham com o processo eletrônico contribuindo para o aumento de produtividade e melhor ergonomia no trabalho.

Ativação do link de comunicação de dados da Embratel nas Subseções Judiciárias da Justiça Federal/RS

Com o objetivo de agilizar o sistemas processuais na Seção Judiciária, houve a divisão de tráfego nos links de dados. No link da Brasil Telecom somente trafega a navegação na internet, e comunicação entre os equipamentos servidores Novell, por sua vez, no link da Embratel trafega todo o fluxo de dados dos demais serviços informatizados (e-mail, gedpro, siapro, SIRH, Eproc, Geafin).

Cidades e velocidades dos links de dados da Embratel

	Com essa implantação, concluída no início do mês de Março de 2009, o Núcleo de Tecnologia da Informação readequou o dimensionamento dos links de comunicação de dados. O link da Brasil Telecom nas Subseções continua funcionando em paralelo ao novo link da Embratel, e sua velocidade continua a mesma, informada abaixo.	2Mbps	Bento Gonçalves, Canoas, Carazinho, Erechim, Gravataí, Lajeado, Santa Cruz do Sul,Santa Rosa, Uruguaiana
		4Mbps	Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Maria,Santo Ângelo

Cidades e velocidades dos links de dados da Brasil Telecom já existentes, instalados e ativos (Contrato 049/2004)

	128Kbps	Santa Vitória do Palmar
	512Kbps	Bagé, Canoas, Carazinho, Cruz Alta, Gravataí e Uruguaiana
	768Kbps	Bento Gonçalves, Erechim, Lageado, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Santana do Livramento e Santiago
	1Mbps	Rio Grande
	1,5Mbps	Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria e Santo Ângelo
	12Mbps	Sede da JF/RS

Foi implementado ainda um sistema de alta disponibilidade nos links de dados, de maneira que na falha de um, o outro assumirá os serviços que estavam alocados para ele. Desta forma, quando cair o link da BrT, por onde trafega a navegação na internet e comunicação dos servidores novell, esses serviços serão direcionados para o link da Embratel, e vice-versa.

Ativação de mais um link da Embratel, para navegação na Internet com capacidade de 16 Mbps na Sede da JF/RS em Porto Alegre

Com isso dividiu-se o fluxo de saída (navegação na internet por parte dos servidores da JF/RS) e o fluxo de entrada (acesso à página da Justiça por parte de usuários externos) otimizando o uso dos links e qualificando o acesso aos serviços informatizados prestados pelo Núcleo de Tecnologia da Informação.

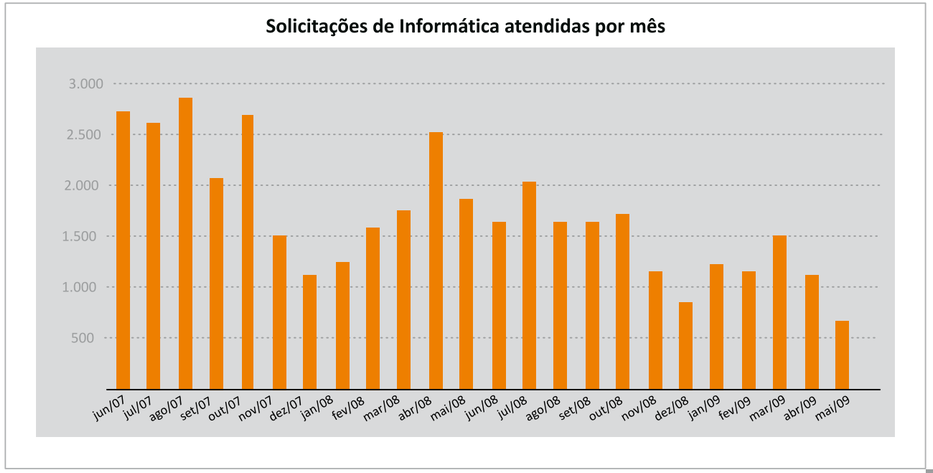
Implantação de sistema de gateway de e-mail com alta disponibilidade e balanceamento de carga

Com a instalação de dois novos gateway de e-mail o fluxo de e-mails teve uma qualificação significativa. O envio de e-mail utiliza-se do processo de fila para envio e recebimento.

Com um único gateway de e-mail, quando havia envio de mensagem eletrônica para uma lista muito grande (por exemplo. lista de Juízes) os demais e-mails de caráter institucional muitas vezes ficavam horas na fila aguardando o seu envio. Havia ainda o represamento também do recebimento de e-mails pelo mesmo motivo. Com o novo sistema, quando um dos equipamentos servidores está processando uma fila, o outro processa o recebimento e envio dos demais e-mails. Além disso, foram implantados sistemas anti-spam e anti-vírus.

Também promovemos o evento Contratação de TI no Serviço Público com a parceria do TCU e que foi oportunizado a diversos órgãos (TJRS,TRT, TCE, TRE, TRF, SJPR, SJSC)

Participação em diversas comissões para a criação de sistemas judiciários nacionais



CENTRAL DE MANDADOS

Em 2008, a Central de Mandados de Porto Alegre ganhou reestruturação física. Com as novas instalações, houve significativa melhora em relação à adequação do mobiliário e à distribuição do espaço.

Foram unificadas as áreas de atuação cível e crime, o que tornou mais equânime a distribuição de mandados, bem como mais ágil o cumprimento das ordens e otimizou a força de trabalho da unidade.

Houve, ainda, a normatização de parâmetros para a confecção de certidões, laudos e autos, como, por exemplo, a proibição, em regra, da lavratura desses documentos à mão.

Buscou-se aumentar a aproximação da unidade com o restante da área administrativa em particular e com o restante da Instituição em geral, incentivando a integração nas atividades de reuniões semanais do grupo administrativo, de elaboração de Planejamento Estratégico e incluindo a unidade em ações do Outdoor training.

Campanha de Natal 2007

RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

JUSTIÇA SOLIDÁRIA

O projeto Justiça Solidária existe desde 2002. Visando à promoção de ações sociais e beneficentes, ampliando o conceito de responsabilidade social, mediante a ação conjunta com outros órgãos e entidades, no biênio de 2007/2009, podemos destacar as seguintes realizações:

FEIRAS DE ARTESANATO

Com o objetivo de promover a integração da comunidade com a Justiça Federal, de forma lúdica e ainda, oportunizar ajuda a entidades assistenciais, em maio de 2008, aconteceu a primeira Feira de Artesanato, em comemoração ao Dia das Mães. Realizada entre os dias 6, 7 e 8 de maio contou com a participação de 48 expositores, indicados pelos servidores, com produtos exclusivamente artesanais, tendo cada artesão contribuído com 24 caixas de leite integral longa vida, totalizando 1152 litros, em prol da Sociedade Emanuel.

Sendo fórmula de sucesso, repetimos a experiência em mais duas oportunidades no mesmo ano: Feira da Primavera, entre os dias 15 a 17 de setembro, (1152 litros de leite, encaminhados ao Asilo de Mendicidade Padre Cacique) e a Feira de Natal, nos dias 15, 16 e 17 de dezembro. Nessa última contamos com 65 expositores, que contribuíram

Feira de Natal 2008

com 36 caixas de leite, longa vida e integral, totalizando 2340 litros, destinados ao Asilo Padre Cacique e à Paróquia São Matheus, pertencente à Comunidade Evangélica de Porto Alegre. A novidade ficou por conta de onze Organizações Não-Governamentais e entidades assistenciais da capital que participaram, sem qualquer ônus, mostrando o trabalho desenvolvido e comercializando produtos. Estiveram presentes: Via Vida, Doações e Transplantes; Kinder – Centro de Integração da Criança Especial; Instituto do Câncer Infantil; Duas Mãos, Quatro Patas; Liga Feminina de Combate ao Câncer, IMAMA - Instituto da Mama do Rio Grande do Sul, Penitenciária Feminina Madre Pelletier; Fundação Brasileira da Síndrome do X – Frágil; Abrigo João Paulo; Vida Urgente – Fundação Thiago de Moraes Gonzaga e Spaan – Sociedade Porto-Alegrense de Auxílio aos Necessitados.

Em 2009, a Mini Feira de Páscoa, destinada a expositores da área de alimentação e a II Feira do Dia das Mães, oportunizaram a arrecadação de 300 litros de leite longa vida, encaminhados à Liga Feminina de Combate ao Câncer, e caixas de bombom que fizeram a alegria de 180 funcionários terceirizados que prestam serviços à Instituição.

Estimulados pelo êxito dos eventos anteriores, já estão agendadas para o mês de junho de 2009 o Bazar dos Namorados que atenderá às demandas do CRAI - Centro de Referência no Atendimento Infanto - Juvenil, que acolhe diariamente crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. O CRAI é um serviço prestado em parceria com Hospital Materno Infantil Presidente Vargas

DIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL: TODA AJUDA É BEM-VINDA...

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por meio da publicação da Resolução n.º 60, de 19 de julho de 2004, estabeleceu que as atividades do dia 16 de junho de cada ano, deverão ser voltadas à busca e implementação de soluções que possam amenizar o drama dos mais carentes, através das mais diversas ações.

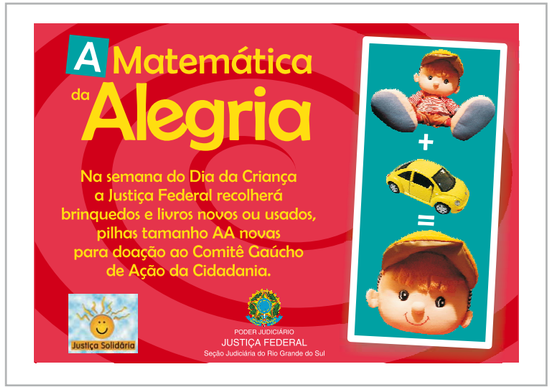
Em 2008, a Direção do Foro editou portaria dispensando das atividades do trabalho, no período das 14h às 18h as diversas unidades da Justiça Federal aderiram à campanha. Para aqueles que, porventura, não tiveram condições de ajudar conforme a proposta, contribuíram à Campanha do Agasalho, do Comitê de Ação Solidária do Estado do Rio Grande do Sul. Todas as Subseções envolveram-se na atividade.

DIA 21 DE JULHO: DIA DO AMIGO

A Comissão Justiça Solidária, ciente de que passamos mais tempo em convivência no trabalho, do que nas nossas próprias famílias, propôs, em forma de divertida campanha, que os colegas contassem como se tornaram amigos. As três melhores histórias ganharam duas xícaras de cafezinho, uma para o autor e outra para o seu amigo. A promoção foi válida para todas as Subseções. Além disso, foram desenvolvidas diversas atividades para celebrar a data nas unidades.

DIA DAS CRIANÇAS
A MATEMÁTICA DA ALEGRIA

Durante todo o mês de outubro, a Comissão Justiça Solidária recebeu várias doações de brinquedos novos e usados, bem como livros e pilhas, que foram encaminhados ao Comitê Gaúcho da Cidadania, também conhecido como Ação da Cidadania RS. Os itens arrecadados tiveram a seguinte destinação: os brinquedos e as pilhas foram encaminhados às crianças que participam desse projeto que receberam mais de 500 mini-games como doação, sem, entretanto, as respectivas baterias. Os livros foram compor a Biblioteca do Restaurante Popular, ainda em formação.



CAMPANHAS DE PÁSCOA

Em 2008, a Campanha de Páscoa teve como escopo principal a valorização do trabalho do pessoal terceirizado, responsável pela limpeza, vigilância, conservação e outras tantas tarefas que, frequentemente, passam despercebidas.

Pensando nessas pessoas, que trabalham duro para deixar o nosso ambiente agradável, facilitando o desenvolvimento diário de nossas tarefas, é que a Comissão Justiça Solidária decidiu homenageá-las na Páscoa. Arrecadamos, mediante campanha de sensibilização, cerca de 130 quilos de chocolates, distribuídos a cada um dos mais de 150 funcionários. Com o mesmo intuito, em 2009, a arrecadação ultrapassou mais de 220 quilos.

CAMPANHAS DE NATAL

Em dezembro de 2007, a Comissão Justiça Solidária aderiu à campanha nacional “Papai Noel dos Correios”, que existe desde 1997. A ideia de aderir ao movimento veio da dificuldade encontrada pela Comissão em escolher uma determinada entidade ou ação a ser desenvolvida, entre as muitas que precisam de ajuda na Capital. O resultado foi muito gratificante: foram 220 cartas adotadas em apenas

Auto de Natal 2008

10 dias de campanha. A campanha teve adesão, também, dos colegas do Tribunal Regional Federal, da Justiça Eleitoral, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Em 2008, a Campanha de Natal veio com algumas novidades. Além da adesão à Campanha Papai Noel dos Correios foi realizada uma Feira de Artesanato, com a participação de onze Organizações Não-Governamentais ou entidades assistenciais, no Espaço Solidário, criado nessa mesma oportunidade. Paralelamente a todas essas atividades, houve a campanha de doação de roupas e calçados aos jovens e crianças recém ingressos no Orfanato Pella Bethânia, do Vale do Taquari. Os expositores da Feira de Natal também contribuíram com uma peça do seu artesanato, para o sorteio na festa de final de ano dos funcionários terceirizados. Como fechamento das atividades, foi realizado um Auto de Natal, que contou com a presença do Coral Renascer, da Justiça Federal de Porto Alegre e apresentação da Orquestra Infanto-Juvenil do Instituto Popular de Arte e Educação, da Lomba do Pinheiro.

ESPAÇO DE ARTE E SOLIDARIEDADE

Em virtude da experiência de sucesso que se revelou o Espaço Solidário, na Feira de Artesanato do Natal, foi criado na Justiça Federal em Porto Alegre o Espaço de Arte e Solidariedade, com o intuito de ser um local permanente em que Organizações Não Governamentais e Instituições Filantrópicas divulguem seu trabalho, se façam conhecer na comunidade. O espaço também esteve disponível para os expositores cadastrados, comercializassem seus produtos. A título de inscrição, colaboraram com gêneros alimentícios para doação a instituições de caridade.

JUSTIÇA SOLIDÁRIA & PROJETO ALQUIMIA

Projeto do Ministério Público Estadual, em parceria com o Centro Marista Social– Cesmar, a proposta de "Transformando Caça-Níqueis em Inclusão Social" ganhou a simpatia do membros da Comissão Justiça Solidária. Por meio de várias exposições no prédio-sede, o Projeto Alquimia logrou mostrar ao público a transformação de máquinas que, antes eram apenas destruídas, em computadores para escolas carentes do município. Com o mesmo intuito, essa transformação também atinge o destino das pessoas, uma vez que os operadores da "alquimia" são os jovens em situação de vulnerabilidade social, muitos deles moradores dessas mesmas comunidades que receberão as máquinas "novas". Na sede do projeto, eles recebem instrução suficiente a buscar futura colocação no mercado de trabalho. Com o mesmo mote e destinado a esse Projeto, promovemos uma campanha de arrecadação de equipamentos de informática particulares, em desuso. Através da veiculação de cartazes espalhados pelo prédio-sede, atingimos não só nosso público interno como externo, recebendo as máquinas e peças antigas também de advogados.

CAMPANHA DE EMERGÊNCIA
AUXÍLIO ÀS VÍTIMAS DO INCÊNDIO

No dia 26 de janeiro de 2009, a Vila Chocolatão, localizada atrás do prédio-sede, foi atingida por incêndio de grandes proporções. Sensível à tragédia, a Comissão Justiça Solidária promoveu campanha de emergência, arrecadando gêneros alimentícios e roupas. A adesão de nosso público foi expressiva, recebendo, inclusive, aparelhos de televisão e eletrodomésticos, tendo sido necessárias duas viagens em caminhonete grande, tipo furgão.

ESTÁGIO SOLIDÁRIO

Sabendo que as inscrições para estágio em Direito na Justiça Federal tem sempre muitos concorrentes, a Comissão Justiça Solidária, inspirada no que já acontecia na Subseção de Santo Ângelo, propôs ao NADH - Seção de Psicologia que houvesse a contribuição com um quilo de alimento não-perecível, por parte de cada candidato.

Com a arrecadação, foi possível atender ao Banco de Alimentos, o Projeto Social da Paróquia São Matheus (atendimento a 53 famílias cadastradas, das Vilas Big, São Vicente, Santa Bárbara e Belém Velho) e a Liga Feminina de Combate ao Câncer.

Período	Volume arrecadado	Entidade beneficiada
Abril de 2008	175 quilos	Banco de Alimentos
Agosto de 2008	110 quilos	Paróquia São Matheus
Março e Maio de 2009	293 quilos	Liga Feminina de Combate ao Câncer do Rio Grande do Sul

Doações à Liga Feminina de Combate ao Câncer do Rio Grande do Sul

GESTÃO AMBIENTAL

Em atenção às recomendações expedidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo TRF4, que tratam da implementação da Gestão Ambiental, foi designada, Comissão encarregada de identificar e mostrar alternativas de diminuição de impacto ambiental e utilização inteligente dos recursos.

As manifestações que eram encaminhadas à Comissão buscavam, sempre, respostas rápidas e atitudes práticas para a solução de problemas diários, como separação de lixo e economia de água e luz. De acordo com os problemas diagnosticados, foram apresentadas as seguintes soluções:

CAMPANHA "ADOTE UMA CANECA"

Sabendo que eram consumidos, em um único mês, em toda a Seção Judiciária, mais de 90.000 copos plásticos, a Comissão de Gestão Ambiental lançou a campanha Adote Uma Caneca, a fim de reduzir esse consumo. Segundo estudos da Universidade de São Paulo – USP, a quantidade de água utilizada na fabricação de um único copinho, é infinitamente maior que aquela usada para lavar uma caneca ou copo. Os resultados foram surpreendentes, tendo o consumo reduzido para cerca de 30.000 unidades por mês.

PROJETO SEPARAÇÃO DE LIXO

O projeto, baseado na experiência do TRF4, tem, por objetivo, atender a uma real necessidade da JFRS e de seus magistrados, servidores , estagiários e voluntários.

A Comissão de Gestão Ambiental recebeu muitos questionamentos acerca do que poderia ser ou não considerado reaproveitável nas Unidades, tendo verificado que, apesar de existir na JFRS sacos plásticos de cores diferentes para cada tipo de descarte de resíduos, em muitos locais, isto não estava sendo observado ou era realizado de forma incorreta.

Ante essa dificuldade, o grupo deliberou pela compra de displays indicativos de separação de lixo, conjuntamente com a confecção de cartazes e manual com esclarecimentos sobre o tema, trazendo Educadores Ambientais para uma palestra, com o intuito de sanar dúvidas.

Além disso, em Porto Alegre, materiais como papel branco, papelão, jornais e outros tipos de papel que não o primeiro, são diariamente recolhidos das unidades e separados em uma estação de trabalho, montada nos fundos do prédio-sede. Por força de contrato, esses materiais são permutados por papel higiênico com as empresas contratadas, na seguinte proporção:

Material	Quantidade	Papel Higiênico (pacote c/ 4 rolos)
Papel branco	1000kg	184
Papelão	600kg	45
Jornal	800kg	35
Papéis mistos	1000kg	63

Também, os plásticos (garrafinhas, saquinhos, etc) descartados no lixo seco, são separados na mesma estação de trabalho e permutados, igualmente, por papel higiênico, na seguinte proporção:

Material	Quantidade	Papel Higiênico (pacote c/ 4 rolos)
Plástico	1000kg	7

PROJETO BICICLETÁRIO

Dentro da proposta de redução de carbono, a pedido de colegas, foi realizada uma pesquisa na Intranet, junto a todas as subseções para verificar a utilidade da aquisição de bicicletários para a Justiça Federal, possibilitando o uso de bicicletas como meio de transporte. A pesquisa teve a participação de 153 pessoas, sendo aprovada a ideia no percentual de 87,82%.

Pela amostragem, verificou-se que, além da demanda proposta, várias pessoas opinaram no sentido de criar-se uma estrutura com serviços associados como a instalação de cobertura no bicicletário e, ainda, a construção de um espaço tipo vestiário, com chuveiros e armários com chave.

Em Porto Alegre, cumpre destacar que, atualmente, os usuários de bicicletas utilizam área no estacionamento coberto do prédio (garagem da ala leste), acomodando seus veículos encostados em uma parede, de forma completamente inadequada.

Diante disso e, igualmente, considerando a dificuldade em criar/manter espaços de estacionamento de automóveis, o projeto foi encaminhado para que seja apreciada a possibilidade de realização de estudo sobre o tema.

Gestão Ambiental
JUSTIÇA FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Novas instalações - Subseção Judiciária de Novo Hamburgo

SUBSEÇÕES

A vista das deficiências do prédio, em que está situada a Subseção, a Seção de Obras efetuou estudos a fim de definir novos espaços para locação.

Destacou-se, também, a comemoração dos 15 anos da Subseção. O evento teve lugar em setembro de 2008, com o descerramento de placa alusiva e confraternização entre servidores e magistrados.

BENTO GONÇALVES

Em Bento Gonçalves, destacaram-se a melhoria da infraestrutura de informática, com a instalação de segundo monitor nos microcomputadores da Vara do Juizado Especial Federal Cível, o aumento quantitativo e qualitativo de computadores e impressoras e a ampliação da capacidade dos links de acesso. Com relação às instalações físicas, houve a modernização dos elevadores, a reforma da parte elétrica e ainda, negociações visando à instalação de Posto de Atendimento Bancário da Caixa Econômica Federal, no prédio.

CACHOEIRA DO SUL

Prevista para o final de junho, Cachoeira do Sul ganhará um Posto de Atendimento Bancário – PAB da Caixa Econômica Federal, a fim de facilitar o acesso aos jurisdicionados, magistrados e servidores.

CANOAS

Em comemoração aos 10 anos de instalação da Subseção, completados em 2009, foram realizados diversos eventos de integração da JFRS com a sociedade, destacando-se a sessão solene na Câmara de Vereadores, seminários jurídicos, em promoção conjunta com o Centro Universitário Ritter dos Reis – Uniritter, e jantar-baile de confraternização que reuniu magistrados, servidores, estagiários, advogados e demais membros da comunidade.

CARAZINHO

Nesta Subseção, houve a ampliação do prédio, com a locação do imóvel contíguo, passando a Vara a dispor, a partir de março de 2008, de novos ambientes, tais como sala de perícias, sala de identificação, sala ampla para a seção criminal (com ambiente para a guarda de bens apreendidos), biblioteca, auditório, novo almoxarifado e uma ampla sala para os oficiais de justiça.

Em consonância ao movimento pela conciliação, no período de 18.05.2005 a 31.12.2008, foram realizados 35 acordos em processos físicos e 291 acordos em feitos eletrônicos, totalizando 326 acordos.

A fim de atender à comunidade de Carazinho, a Subseção promoveu a doação de gêneros alimentícios, oriundos da inscrição ao programa de estágio, em que cada candidato contribuiu com um quilo de alimento. O volume arrecadado foi de 60 quilos, encaminhados à Sociedade de Amparo à Infância Carazinhense (SAIC).

CAXIAS DO SUL

Esta Subseção instituiu uma Comissão de Eventos, que é permanentenente responsável por todos os eventos sociais desenvolvidos no âmbito da Subseção Judiciária de Caxias do Sul. Os principais eventos são: Dia da Mulher, Festa Junina, Homenagem aos servidores, Aniversário da Subseção e Festa de Final de ano.

No dia 06/09/2008, comemorou seu 15º ano de instalação. Todos juízes, servidores, estagiários, terceirizados e convidados especiais foram agraciados com um coquetel no salão de festas do prédio-sede. O evento contou com a presença de inúmeras autoridades locais.

No campo da responsabilidade social, no meses de dezembro de 2007 e 2008, a Subseção desenvolveu o projeto PAPAI NOEL NA JUSTIÇA FEDERALconsiste na adoção de um grupo de crianças carentes, da entidade Murialdo. As crianças escreveram uma carta para o Papai Noel, que são foi adotadas pelos servidores e juízes através da aquisição de um presente. Nos dois anos as crianças visitaram a sede, assistiram a um filme no auditório e receberam os presentes do próprio Papai Noel. Em outubro de 2007 a Subseção entregou a uma empresa de reciclagem de papéis, cerca de 820 Kg de papel, resultado da eliminação de autos findos. Com o valor resultante dos papéis recebidos, foi possível a aquisição de quatro mesas e vinte e oito cadeiras, que foram doadas para a instituição de caridade Sociedade Espírita Amor de Caridade – Creche Tia Laura.

Com vista à otimização do trabalho dos Executante de Mandados, em 4 de agosto de 2008 foi implantada a Central de Mandados desta Subseção - CEMAN, instalada em sala própria, no térreo do prédio-sede.

CRUZ ALTA

A Subseção, durante o biênio, implantou e incentivou medidas com vista à educação ambiental, com a correta separação e destinação dos resíduos. Destacou-se a programação do dia da Responsabilidade Social realizado em 16/06/2008, em que foram arrecadados entre os magistrados e servidores valores para aquisição de 120 litros de leite longa vida, 50 quilos de arroz e 252 fraldas descartáveis, os quais foram encaminhados para uma instituição que atende a crianças portadoras de necessidades especiais, oriundas de famílias de baixa renda.. Atendendo à comunidade jurídica, viabilizou-se a permanência, sob responsabilidade da OAB, dos serviços de fotocópias para partes e advogados, a ser mantida na sala desta, uma vez que a terceirização deste serviço mediante licitação em nossa Subseção é considerado inviável financeiramente tendo em vista a pequena demanda verificada até então.

ERECHIM

A Subseção primou pelo estreitamento de relações com a comunidade. Durante o biênio, foram feitas doações para entidades da cidade e região dos valores cobrados a título de transação e suspensão penal. Para os advogados que militam na subseção, a unidade ministrou quatro cursos sobre EPROC, com média de 15 alunos por curso, o que agilizou o serviço do Juizado Especial.

LAJEADO

A Direção do Foro, em conjunto com a Vara Federal e JEF Criminal Adjunto, sensíveis à tragédia que atingiu Santa Catarina e considerando os termos da recomendação do Conselho Nacional de Justiça para que se destine os recursos resultantes da aplicação de penas restritivas de liberdade em penas alternativas, (multas e outras sanções pecuniárias em matéria civil, penal ou trabalhista), foi determinado que 20% (vinte por cento) dos valores depositados a este título fossem revertidos para o Fundo Estadual de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

Também no âmbito da Vara Federal e Juizado Especial Federal Criminal Adjunto, foram atendidos projetos apresentados pelas Instituições conveniadas, com a a liberação de verbas da conta única da Unidade, tendo sido beneficiadas a Associação de Doentes e Deficientes Físicos de Lajeado, ADDEFIL; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE; Obra Social São Cristóvão; Sociedade de Assistência à Infância e Adolescência - SAIDAN; e Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Manoel Soares.

De grande adesão na Subseção, foi a campanha "Adote uma Caneca", de conscientização ambiental para redução do consumo de copos plásticos na JFRS, incentivada desde o início de 2008, alcançando quase 100% dos magistrados, servidores e estagiários.

Cumpre registrar que foi finalizado o processo de doação pelo Município de Lajeado à Justiça Federal, do terreno objeto da matrícula imobiliária n.º 51.777 para construção da futura sede-própria da Subseção. Doação autorizada pela Lei Municipal n.º 7.934, de 19 de dezembro de 2007.

NOVO HAMBURGO

Desde agosto de 2007, a Subseção Judiciária de Novo Hamburgo, como meio de agilizar a comunicação e diminuir o consumo de papel, determinou o uso do recurso eletrônico como comunicação oficial, com a preferência de envio e recebimento de ofícios e memorandos através desse meio.

O cadastramento de estagiários, nesta Subseção, também teve modificações. Antes aberto somente nos meses de março e agosto, passou a ser realizado durante todo o ano, medida que proporcionou o recebimento de uma maior quantidade de currículos, dando opções mais atualizadas às secretarias das varas.

No tocante ao bem-estar de seus membros e, diante da ocorrência de casos de rubéola, na cidade, a Secretaria Municipal de Saúde foi acionada para realizar campanha de vacinação de juízes, servidores, estagiários e terceirizados. A campanha teve grande adesão e boa aceitação. Com o mesmo intuito, em novembro de 2007, foi realizada uma caminhada orientada – parte integrante do programa de ginástica laboral. A atividade teve como ponto de partida, a sede da JF/NH com destino a Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo. Ao final foram realizadas oficinas laborais.

Entre as comemorações, foi realizada em 12 de setembro de 2008, na Sociedade Ginástica de Novo Hamburgo, a festa alusiva aos 15 anos de instalação da Subseção. A festa contou com a presença de juízes, estagiários, servidores e de diversas autoridades. Em novembro de 2008, o Juiz Federal Diretor do Foro Alexandre Rossato da Silva Ávila e a Juíza Federal da Vara Federal Criminal e Juizado Especial Federal Adjunto Mônica Aparecida Canato foram agraciados com a distinção de "Amigos da Brigada Militar" como reconhecimento pelo relevante serviço prestado ao 3º Batalhão de Polícia Militar na destinação de recursos para a qualificação do serviço da corporação à comunidade, demonstrando elevado espírito de responsabilidade social, na busca incansável de uma melhor qualidade de vida à sociedade gaúcha.

Com inauguração marcada para 16 de junho de 2009, a Subseção de Novo Hamburgo contará com sede própria. O prédio, com 9 pavimentos e 14.801,47 m² de área útil, está sendo construído em um terreno com 12.641,73m² localizado na Rua Dr. Bayard de Toledo Mércio, nº 220 - Bairro Canudos - Novo Hamburgo - RS. Na sede anterior, a Subseção estava instalada em 8 pavimentos de prédio locado, no centro da cidade.

PASSO FUNDO

Com vista à melhoria de condições de acessibilidade do judiciário aos usuários houve a a realização da Palestra-Treinamento "Programas de Cálculos Disponibilizados na Página da Justiça Federal/RS", ministrada por servidor lotado no Núcleo de Contadoria, em 21-08-2008, no auditório do prédio da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, destinada ao público interno e externo.

Para o aperfeiçoamento de servidores, foram promovidas palestra sobre Gestão Documental,,; curso de Atualização em Língua Portuguesa para os servidores nos dias 20 e 21 de novembro de 2008 e Palestra-Treinamento em matéria de Sistema de Processo Eletrônico da Justiça Federal (E-PROC) em 08 de janeiro de 2009.

PELOTAS

Em novembro de 2008, a Subseção completou 10 anos de instalação. As comemorações consistiram em solenidade, na sede,com a presença do Desembargador Federal João Batista Pinto Silveira e do Diretor do Foro em exercício, Dr. Eduardo Tonetto Picarelli.Após a solenidade, em meio a um coquetel, houve o lançamento do livro DANDO VIDA À VIDA PÚBLICA: Crônicas dos Dez Anos do Judiciário Federal em Pelotas, em que relembra fatos e pessoas que passaram pela instituição nesta década, escrito pelo servidor Newton dos Santos Brum. Também fizeram parte das comemorações, a realização de um jantar-dançante em clube local com a presença de todo público interno da Subseção. Nesse evento foram homenageados os magistrados e servidores que completaram 10 e 15 anos de trabalho na Justiça Federal.

Importante registrar que houve a regularização da área doada à Justiça Federal para construção de prédio próprio o que permitiu sua averbação, o que torna possível que a Subseção ingresse no plano quinquenal de construção de imóveis do TRF4.

RIO GRANDE

Encontra-se em andamento a execução do projeto para a nova sede de Rio Grande. A obra contará com 06 seis andares, com área total construída de, aproximadamente, 9.000 metros quadrados. Hoje, a subseção ocupa dois locais na cidade, que são objeto de locação, ambos na rua Marechal Floriano Peixoto, n.º 296 e 323/325 .

SANTA CRUZ DO SUL

Após várias negociações, em outubro de 2008, foi inaugurado Posto de Atendimento Bancário – PAB, no interior do prédio desta Subseção Judiciária. A medida trouxe benefícios ao público externo e interno, evitando o deslocamento até a agência central da Caixa.

Através da Portaria n. 04/2009, foi regulamentada a CEMAN, a qual foi criada através da Resolução n. 14 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. A criação e regulamentação da central, foi bem recebida pelos Oficiais de Justiça locais, pois tratou de racionalização na distribuição dos mandados.

Na Subseção, foi oportunizado a todos os servidores acompanhamento dos cursos Capacitação de Final de Tarde através de apresentação das mídias encaminhadas pela SDH. Também foi oportunizada a participação de três servidores da Subseção Judiciária no Curso de Português realizado no município de Santa Maria.

SANTA MARIA

A Direção do Foro da Subseção de Santa Maria na Gestão compreendida entre junho de 2007 a fevereiro de 2009, pautou seu trabalho visando ao pleno atendimento das necessidades das unidades, sem deixar de lado a integração com a comunidade e o atendimento de qualidade ao público interno e externo. As reivindicações das unidades, as quais se dividem em quatro Varas e Central de Mandados foram quase que totalmente atendidas, já que buscam alcançar o objetivo principal de prestar um serviço de qualidade às partes, advogados, procuradores e demais pessoas que buscam os serviços da Justiça Federal.

Para conseguir os objetivos a Administração contou com o efetivo apoio da Direção do Foro da Seção Judiciária, através dos diversos Núcleos e Seções. Ainda, contou com o apoio dos Magistrados, Servidores e terceirizados.

Com o objetivo de solucionar o problema de espaço físico e a unificação da Subseção, foi solicitada a doação de área para construção de um novo prédio, já concretizada com a assinatura do termo em 11/03/2009.

Com a constante preocupação com a qualificação dos servidores, sendo que ocorreram várias ações com este objetivo, tais como, curso de português, diversos cursos através de videoconferência e a realização do II Simpósio Justiça Federal e Sociedade, o qual coincidiu com data de Reunião dos Diretores de Foro da SJRS, em Santa Maria, proporcionando a todos a oportunidade da participação e integração, através das palestras e debates. Desenvolveu experiência inédita com a integração entre a Justiça Federal e Exército, através de atividade externa realizada na unidade militar, quando juízes, servidores e estagiários assistiram palestra sobre estratégias e participaram de diversas modalidades de exercícios em equipe.

Realizando Gestão Documental na Subseção, colhemos o resultado prático de 1016 Agravos e 700 Processos selecionados, analisados e cadastrados no sistema lançado pelo TRF4, em outubro de 2008. Caso não haja interesse de nenhuma das partes na manutenção dos referidos processos, serão estes encaminhados para eliminação, como já ocorrido no final de 2007, quando 300 autos findos, após a edição do Edital pelo TRF da 4ª Região, foram doados a Cooperativa dos Catadores de Santa Maria, permitindo a liberação de espaço físico no arquivo.

Merece registro a realização da Sessão da Turma Regional de Uniformização em Santa Maria, com a transmissão para outras Subseções , inclusive de outras Seções Judiciárias.

SANTA ROSA

A Subseção de Santa Rosa tem como destaques a construção dos vestiários para os terceirizados e ainda a instalação de um caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal, em suas dependências.

Em maio de 2009, Santa Rosa completou cinco anos, com uma pequena confraternização entre magistrados e servidores. Desde a instalação até a metade do mês de maio, foram distribuídos: 22.291 processos; baixados: 14. 831; remetidos ao TRF, STJ, STF e Turma Recursal: 5.812; sentenças prolatadas: 14. 898; despachos: 48. 466. A média mensal de distribuição ficou em: 371,5 processos/mês; 248 sentenças/mês e 247 baixas/mês; sendo que na útima inspeção, o tempo médio de tramitação dos feitos no e-proc foi de 96 dias entre a distribuição e a sentença.

SANTANA DO LIVRAMENTO

Como parte das atividades da Direção do Foro da SJRS, a visita à Subseção foi realizada em agosto de 2007.

SANTIAGO

Nesta subseção, o Núcleo de Apoio Operacional está realizando estudos para locação de prédio que melhor atenda as necessidades da vara. Foi realizada, em setembro de 2007, visita à Subseção.

SANTO ÂNGELO

Entre os projetos desenvolvidos na Subseção, merecem registro os que seguem.

PROJETO RECICLANDO DIREITO

O Projeto Reciclando Direito tem por objetivo conscientizar o público interno e externo para a adoção de atitudes que propiciem o uso inteligente do nosso meio ambiente, pensando na sustentabilidade do planeta. O nome do projeto foi escolhido por sugestão dos servidores.

Na oportunidade de seu lançamento, no mês de setembro de 2007, houve palestra, filme e distribuição de mudas, já que atividade coincidiu com o Dia da Árvore.

O projeto inicialmente começou com a conscientização para a diminuição do uso de papel segundo as seguintes diretrizes a) utilizar as impressoras no modo frente e verso; b) separação do papel utilizado nos dois lados para descarte; c) separação do papel utilizado em apenas um lado para a confecção de blocos de rascunho; d) não impressão de e-mails e documentos inutilmente.

Em continuidade o projeto aderiu à campanha da Seção Judiciária do RS para a utilização de canecas. Atualmente o projeto desenvolve as seguintes atividades: a) redução, reutilização e reciclagem do papel (o papel depois de picotado é entregue na Cooperativa Ecos do Verde); b) orientação para a diminuição do uso de copos descartáveis, com a

adoção de canecas individuais; c) separação do lixo orgânico; d) ponto de coleta de pilhas e baterias (que são destinadas ao DEMAM municipal); e) ponto de coleta de óleo de cozinha (que é entregue para a Cooperativa Ecos do Verde); f) orientações semanais sobre sustentabilidade publicadas no nosso jornal local.

Em comemoração ao Dia do Meio Ambiente, em 2007, foi promovida a exibição do filme Uma Verdade Inconveniente, seguido de debate e venda de sabão ecológico feito de óleo de cozinha reciclável, produzido por uma entidade filantrópica.

PROJETO CIRCULANDO

O Projeto Circulando, lançado em dezembro de 2007, com palestras sobre a importância do hábito da leitura, tem por objetivo incentivar hábitos de leitura entre os servidores, estagiários, magistrados, terceirizados e funcionários da Caixa Econômica Federal, através da troca de obras literárias. O programa permite a circulação dos livros, num processo de socialização da cultura, possuindo cerca de 50 livros cadastrados.

PROJETO DE VOLUNTARIADO

A Subseção Judiciária de Santo Ângelo possui um grupo permanente de voluntários que, juntamente com a Direção do Foro, promovem atividades de responsabilidade social como: a) entrega de material escolar em escolas carentes; b) dia das crianças, Natal e Páscoa em creches e asilos; c) organização do Dia da Responsabilidade Social em junho; d) organização de campanhas e integração com os terceirizados; e) arrecadação de livros infantis para as escolas carentes (Projeto Baú da Leitura); f) campanhas do agasalho, g) campanhas de doação de sangue; h) adesão à campanha "A Nota é Minha", do Governo do Estado, i) adesão à Campanha de Doação de Medula promovida pela Aapecan (Associação de Apoio a Pessoa com Câncer). Em outubro de 2007, houve o concurso para seleção de estagiários, sendo que a inscrição foi um quilo de alimento doado para o Asilo Universina Carreira Machado.

Em julho de 2008, foi organizado o cadastro dos Doadores de Sangue da Subseção Judiciária de Santo Ângelo.

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS (DCE)

Foi criado no ano de 2007 o Departamento de Comunicação e Eventos (DCE) da Subseção Judiciária de Santo Ângelo, com um participante de cada Vara e um da Direção do Foro, para organização dos eventos da Subseção como festas de final de ano, confraternizações, semanas temáticas (meio ambiente, semana da mulher, semana farroupilha, semana do funcionário público e etc.) e eventos culturais. A comissão do DCE foi responsável pela organização do evento "20 anos da Justiça Federal em Santo Ângelo" (seminário, baile e projeto de memória institucional). A comissão também é responsável pela publicidade das atividades da Subseção entre as Varas, trabalhando para facilitar o acesso de todos os servidores às informações institucionais, seja através do jornal local, da rede novel, da intranet ou por e-mail. Foram organizados murais no térreo da subseção, com fotos das servidoras e seus filhos em homenagem ao dia das mães e com desenhos dos filhos dos servidores em homenagem ao Dia dos Pais.

JORNAL IN LOCO

Em setembro de 2007 foi resgatada a ideia de um jornal local que já existia na Subseção, com o nome de IN LoCO. Durante o ano de 2007 o jornal era editado mensalmente, em formato ".pdf" e publicado na intranet e nos murais das Varas. A partir de setembro de 2008 o jornal foi transformado em um Blog interno, com acesso restrito aos servidores da Justiça Federal, proporcionando maior interatividade, acesso diário às novidades da subseção e aos avisos institucionais.

Destacam-se, ainda, a reorganização da Biblioteca Setorial (novo regulamento, organização dos livros, devolução de livros antigos); a assinatura do Protocolo de Intenções com a Prefeitura Municipal (doação do terreno para a sede da Justiça Federal, cuja entrega definitiva deu-se em abril de 2009); curso de e-proc ministrado na OAB para advogados; realização de um vídeo institucional alusivo aos 20 anos da Subseção, homenageando os servidores e magistrados que aqui jurisdicionaram; Curso de Capacitação para as funcionárias terceirizadas (noções de higiene, etiqueta, como se vestir no ambiente de trabalho, como servir e etc);

URUGUAIANA

A Justiça Federal comemorou em setembro de 2007, os 20 anos de sua instalação. A cerimônia foi realizada no Clube Comercial e contou com a presença de aproximadamente 450 pessoas. Entre as autoridades estavam embaixadores, Cônsules, o Intendente Municipal e o Juiz de 1ª Instância de Passo de Los Libres, além de servidores, procuradores e advogados que já atuaram na instituição.

Durante a solenidade foram homenageados: o desembargador federal Vilson Darós, por ter sido o primeiro juiz na cidade; o desembargador federal João Surreaux Chagas, por ter sido pioneiro ao titularizar a Vara Federal do município; o juiz Hermes Siedler da Conceição Júnior, por ter sido o primeiro magistrado da 2ª Vara; o senhor Nivaldo Soares, prefeito municipal à época da instalação; o advogado Lauro Delgado, presidente da Subseção da OAB local em 1987; a servidora Maria de Lourdes Martins Lucchin, primeira Diretora de Secretaria da Subseção; o advogado Edison Gomes Machado, por ter sido o primeiro a protocolar petição na subseção; Cerize Gutierrez, por ter acolhido tão bem a Justiça Federal, no prédio em que está instalada até hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão do desafio que era assumir a administração da Seção Judiciária ficou evidentemente marcada, ao longo desses dois anos em que, diariamente, era preciso tomar diversas decisões no menor tempo possível. Com isso, foi possível confirmar-se a ideia de que o que realmente importa na instituição são as pessoas que a compõe.

Inúmeras foram as metas que nos propusemos no início do biênio 2007/2009. Em todas as subseções e unidades administrativas da Capital, tivemos a grata satisfação de ter alcançado muitos dos objetivos propostos, como a integração das unidades administrativas e judiciárias da Capital e interior, inclusive com a realização de reuniões de Diretores de Foro nas Subseções e a instituição da Ouvidoria, que realiza mais de 400 atendimentos por e-mail, em cada mês e, em média, mais de 35 atendimentos presenciais. Contamos, também, com a aproximação da comunidade, presentes nas atividades do Projeto Justiça Solidária, na realização de campanhas, feiras e bazares que atenderem mais de vinte Organizações Não-Governamentais e entidade beneficentes. Foi possível, também, acompanhar a criação oficial da Central de Conciliações do RS, que veio a substituir o antigo SISTCON.

Também nos coube a missão de dar continuidade aos projetos que já vinham sendo desenvolvidos pela gestão anterior, como os programas de valorização do servidor, ampliada, na última edição, para incluir também os magistrados e ampliação do link de transmissão de dados, inclusive, para as subseções do interior.

Muito ainda resta a ser feito e os desafios diários contarão com a determinação e empenho dos futuros gestores, a quem deixamos consignado os nossos votos de sucesso.

Fica o agradecimento ao Tribunal Regional Federal da Quarta Região,em especial a Des. Sílvia Maria Gonçalves Goraieb, ao Des. João Surreaux Chagas, à Des. Maria de Fátima Freitas Labarrére, ao Des. Néfi Cordeiro e Juiz Federal Jairo Schäffer. Na Primeira Instância, o nosso muito obrigado ao Vice- Diretor do Foro, Dr. Eduardo Tonetto Picarelli e demais Juízes Coordenadores, Dr. José Francisco Andreotti Spizzirri, Dra. Ana Maria Wickert Theisen, Dra. Ingrid Schroder Sliwka, Dr. Fábio Dutra Lucarelli, Dr. Marcelo De Nardi, Dr. Paulo Paim da Silva e Dr. Altair Antônio Gregório; e aos magistrados Diretores de Foro das Subseções, Dr. João Batista Brito Osório, Dr. Roger de Curtis Candemil, Dr. Roberto Schaan Ferreira, Dra. Alessandra Günther Favaro, Dr. Guilherme Pinho Machado, Dr. Nórton Luís Benites, Dr. Moacir Camargo Baggio, Dr. Luiz Carlos Cervi, Dra. Susana Sbrogio'Galia, Dr. Luís Humberto Escobar Alves, Dr. Alexandre Rossato da Silva Ávila, Dr. Rafael Castegnaro Trevisan, Dr. Cristiano Bauer Sica Diniz, Dr. Caio Roberto Souto de Moura, Dr. Luiz Clóvis Nunes Braga, Dr. Ézio Teixeira, Dra. Joane Unfer Calderaro, Dr. Belmiro Tadeu Nascimento Krieger, Dra. Cristiane Freier Ceron, Dr. Adriano Copetti e Dr. Guilherme Beltrami. Agradeço, também, a toda a equipe administrativa pelo incansável empenho na resolução dos problemas e na criatividade na proposição de novas idéias.

E, para finalizar, jamais podemos esquecer de estarmos dispostos a ouvir, maior e mais essencial ensinamento, pois, nas palavras de Albert Eistein, "(...) a mente que se abre a uma nova idéia, jamais volta ao seu tamanho original".

MUITO OBRIGADO!

HERMES SIEDLER DA CONCEIÇÃO JÚNIOR
Junho de 2009.